

e a Índia.”) O país fora incluído no Gabinete Imperial de Guerra, junto com os domínios autogovernados, graças à sua participação na guerra. Mas sua delegação não parecia de uma nação independente. Era chefiada pelo ministro para a Índia do gabinete inglês, Edwin Montagu, e os dois membros indianos, Lord Sinha e o marajá de Bikaner, foram escolhidos pela lealdade. Malgrado houvesse reclamação de vários grupos indianos, não se nomeou nenhum dos novos líderes nacionalistas. E na Índia, a transformação feita por Gandhi do partido do Congresso indiano num movimento político de massa, que clamava com força crescente pelo autogoverno, rapidamente tornava acadêmico todo o debate de como a Índia deveria ser conduzida com tranquilidade a partilhar seu próprio governo e a se integrar no império.

Os ingleses acabariam com sentimentos mistos quanto à presença de tantos estadistas dos domínios em Paris. Enquanto Borden representava fielmente a posição britânica no comitê que tratava das fronteiras gregas e albanesas, e *Sir* Joseph Cook, da Austrália, fazia o mesmo sobre a Tchecoslováquia, era diferente quando os domínios tinham alguma coisa em jogo. Lloyd George já tivera que confrontar seus aliados na questão da representação dos domínios, e teria que enfrentá-los de novo. Não era uma complicação que lhe fizesse falta, quando a Conferência de Paz deu início às suas difíceis negociações.

PARTE II

NOVA ORDEM MUNDIAL

EM 12 DE JANEIRO, um dia após sua chegada em Paris, Lloyd George encontrou-se com Clemenceau, Wilson e o primeiro-ministro italiano, Orlando, no ministério do exterior da França, no Quai d'Orsay, naquela que seria a primeira de bem mais de cem reuniões dos líderes *peacemakers*. Cada um se fez acompanhar dos respectivos ministros de relações exteriores e de um pequeno grupo de assessores. No dia seguinte, em deferência aos desejos ingleses, dois representantes japoneses juntaram-se ao grupo. E assim ficou formado o Conselho dos Dez, embora a maioria continuasse a chamá-lo Conselho Supremo. Os aliados menores e os neutros não foram convidados, sinal de como seriam mantidos de lado. No final de março, quando a Conferência de Paz atingiu os estágios cruciais, o Conselho Supremo não teria mais ministros do exterior nem representantes nipônicos, transformando no Conselho dos Quatro: Lloyd George, Clemenceau, Wilson e Orlando.

Os grandes salões do Quai d'Orsay tinham sobrevivido bastante bem à passagem do tempo e a uma ocupação alemã. As formas que tinham na ocasião provinham de meados do século XIX, quando Napoleão III governou uma França que alimentava sonhos de grande potência mundial. Grandes visitas têm ainda acesso pela entrada formal, de frente para o Sena, e sobem imponente e sólida escadaria que se bifurca para os aposentos privados e para uma série de salas de recepções e escritórios, com pisos em parquetes elaborados, finos tapetes de Aubusson e grandes lareiras. Enormes janelas elevam-se até os tetos ricamente ornamentados e com majestosos candelabros. Pesadas mesas e cadeiras apóiam-se em pés encorpados e dourados. As cores predominantes são vermelho, ouro e marfim.

O Conselho Supremo reuniu-se no santuário interno – o escritório do ministro francês do exterior, Stéphane Pichon. Hoje, nele predominam as cores branca e dourada; em 1919, era mais escuro. Os mesmos lambris de madeira entalhada ainda decoram as paredes e as tapeçarias esmaecidas do século XVII permanecem acima deles. As portas duplas ainda se abrem para uma rotunda e, mais além, ainda existe um jardim de rosas. Clemenceau,

anfitrião, presidiu o encontro de uma cadeira frente à lareira, onde toras de madeira queimavam gloriosamente. Seus colegas, cada um com uma pequena mesa para os documentos, sentaram-se de frente para ele, com o jardim às costas, os ingleses e os americanos lado a lado, os japoneses e os italianos mais para as pontas. Wilson, único chefe de estado, recebeu uma cadeira com espaldar alguns centímetros mais alto que os demais, os primeiros-ministros e ministros do exterior ocuparam cadeiras confortáveis, também de espaldar alto, os assessores e secretários gruparam-se atrás de seus respectivos chefes, sentados em pequenas cadeiras douradas.

O Conselho Supremo criou, rapidamente, sua própria rotina. Reuniu-se, em certas ocasiões, duas vezes por dia; ocasionalmente, três. Havia uma espécie de agenda, mas também tratava de questões levantadas no momento. A procissão dos que apresentavam petições só teve fim com o término da Conferência de Paz. Com a chegada do anoitecer, as cortinas de seda verde eram cerradas e as luzes acesas. A sala ficava, em geral, muito quente, mas os franceses reagiam com horror a qualquer insinuação de abertura de uma janela. Clemenceau, esparramado na cadeira, olhava com frequência para o teto, com enfado estampado no rosto; Wilson, inquieto, levantava-se para esticar as pernas; Lansing, seu ministro do exterior, com pouco a fazer, rabiscaava caricaturas; Lloyd George tagarelava em tom audível, fazendo piadas e comentários. O intérprete oficial, Paul Mantoux, traduzia do francês para o inglês e vice-versa, mas representava tanto as falas que parecia estar, ele mesmo, reivindicando territórios. Como Clemenceau falava bem inglês e o ministro italiano do exterior, Sonnino, também falava razoavelmente, a conversação entre os Quatro Grandes era normalmente em inglês. Os assistentes se deslocavam cuidadosamente entre os líderes sobraçando mapas e documentos. Todas as tardes, as portas se abriam e entravam os lacaios com chá e biscoitos. Wilson surpreendeu-se e ficou algo aborrecido de ver interromperem-se discussões sobre o futuro do mundo por motivo tão trivial, mas, como disse a seu médico particular, considerou-o hábito estrangeiro e que o melhor a fazer era aceitá-lo.¹

Já no primeiro encontro, o Conselho Supremo percebeu que a desmobilização das forças lhe encolhia os poderes dia a dia. Como disse o comandante americano na Europa, general Pershing, a House naquela primavera: “Trezentos e doze mil serão mandados à casa este mês. O recorde, no mês passado, foi trezentos mil. Nesse ritmo, todas as tropas estarão de volta aos Estados Unidos lá pelo dia 15 de agosto.”² Os estadistas tinham que impor

termos ao inimigo enquanto podiam. Tinham ademais que voltar para casa, onde deixaram questões adiadas pela guerra e pendências com os adversários políticos. Travavam também uma corrida, ou julgavam travar, com outra espécie de inimigo. Fome, doenças — tifo, cólera e a terrível gripe — insurreições revolucionárias, numa cidade atrás da outra, e pequenas guerras, uma dúzia delas só em 1919, ameaçavam acabar com o que restara da sociedade europeia.

A guerra terminara havia dois meses e todos começavam a se perguntar por que tão pouco fora conseguido. Parte do motivo era os aliados não terem estado realmente prontos para o súbito fim da luta. Nem poderiam estar. Todas as suas energias visavam a ganhar a guerra. “Que tínhamos a ver com a paz,” escreveu Winston Churchill, “nem se sabia se não seríamos destruídos? Quem poderia pensar em reconstrução, com o mundo todo em pedaços, ou preparar desmobilização quando o único objetivo era despejar o máximo de efetivos e de granadas nos campos de batalha?”³ Bem verdade que ministérios do exterior e da guerra, e departamentos coloniais tinham espanado velhos fins e criado novos objetivos enquanto o embate prosseguia. Houve tentativas de pensar seriamente a paz: o Exame Especial inglês, constituído em 1917, o *Comité d'Études* francês e a mais ampla de todas, a Averiguação Americana, organizada em setembro de 1917, sob a supervisão de House. Chamaram especialistas de fora, de historiadores a missionários, para desconforto dos diplomatas profissionais, e produziram estudos e mapas detalhados. Os americanos prepararam sessenta memorandos separados só sobre o Extremo Oriente e o Pacífico, com muita informação útil, mas também notas tais como a seguinte sobre a Índia, “grande maioria dos solteiros consiste de crianças muito jovens.”⁴ Os líderes aliados não deram muita atenção a qualquer de seus estudos.

Na primeira semana da Conferência de Paz, o Conselho Supremo gastou muito tempo em procedimentos. O ministério inglês do exterior tinha produzido um belo e colorido diagrama em forma de hexágono dentro do qual a conferência, seus comitês e seus subcomitês ajustavam-se em perfeita simetria, enquanto fora do hexágono fluuavam os comitês dos aliados como planetas menores.⁵ Lloyd George deu sonora gargalhada quando lhe mostraram o esquema.⁶ Os franceses distribuíram uma agenda detalhando em ordem de importância os princípios orientadores e os problemas a enfrentar. Como o acordo com a Alemanha ocupava o primeiro lugar e a Liga das Nações mal aparecia, Wilson, com o apoio de Lloyd George, a rejeitou.

(Tardieu, o autor, viu na rejeição “a repugnância instintiva dos anglo-saxões às construções sistematizadas do pensamento latino.”⁷)

O Conselho Supremo conseguiu escolher um secretário, jovem diplomata francês que, à boca pequena, diziam ser filho bastardo de Clemenceau. (O extraordinário e eficiente Hankey, subsecretário, logo assumiu a maior parte do trabalho.) Depois de muita briga, ficou decidido que o francês e o inglês seriam as línguas oficiais para os documentos. Os franceses queriam só a sua língua, argumentando abertamente que era mais precisa e, ao mesmo tempo, tinha mais nuances que o inglês, mas na realidade não desejavam admitir que a França perdia posição entre as grandes potências. O francês, diziam eles, vinha sendo, por séculos, o idioma das comunicações internacionais e da diplomacia. Os ingleses e americanos ressaltavam que sua língua aos poucos suplantava o francês.⁸ Lloyd George revelou que sempre se arrependeu de não saber francês um pouco mais (quase não sabia nada), mas que, para ele, era absurdo que o inglês falado por mais de 170 milhões de pessoas não tivesse *status* idêntico ao francês. Os italianos declararam então que, nesse caso, por que não também italiano? “Senão,” disse o ministro do exterior Sonnino, “a Itália parecerá tratada como inferior, quando se exclui seu idioma.” Sendo assim, disse Lloyd George, por que não também o japonês? Os delegados japoneses, que davam sinais de mal acompanhar o debate em francês ou inglês, permaneceram calados.⁹ Clemenceau cedeu, para consternação de muitos de seus próprios auxiliares.

O Conselho Supremo também esgrimiou sobre a forma como a Conferência de Paz tomaria decisões. Em dezembro, o ministério francês do exterior enviara convites a todos os países, da Libéria ao Sião, que se pudessem considerar aliados, por mais improváveis que fossem. Já em janeiro, havia vinte e nove países representados em Paris, todos esperando tomar parte. Sentariam juntos, com o voto do Império Britânico valendo tanto quanto o do Panamá? Nenhuma das Grandes Potências o queria, mas, enquanto Clemenceau desejava pôr os delegados dos países de menor expressão trabalhando em matérias relativamente menos controversas, como, por exemplo, cursos d’água navegáveis, Wilson preferia a estrutura menor possível. “Não deveríamos ter,” disse, “conferências formais, e sim apenas conversações.” Clemenceau se exasperou com essa opinião: se os aliados esperassem concordar em todas as questões importantes, passariam meses até a própria Conferência de Paz acabar se reunindo, e a opinião pública ficaria muito desapontada. De qualquer maneira, acrescentou o francês, era necessário

dar às outras potências reunidas em Paris alguma coisa para fazer. Lloyd George, como iria acontecer em muitas outras ocasiões, propôs uma solução de meio-termo. Ficou acertado que haveria uma sessão plenária ao fim de cada semana; entretantes, o Conselho Supremo trataria dos outros assuntos.¹⁰

Os membros do Conselho Supremo, até mesmo Wilson, não queriam perder o controle sobre a agenda da conferência, que prometia ser enorme.¹¹ A lista francesa rejeitada incluía: Liga das Nações, questões polonesas, questões russas, nacionalidades bálticas, os estados derivados da extinta monarquia austro-húngara; Extremo Oriente e o Pacífico, questões judaicas, navegação internacional nos rios, ferrovias internacionais, legislação para assegurar a autodeterminação dos povos; proteção para as minorias étnicas e religiosas, legislação internacional sobre marcas e patentes, punições para crimes cometidos durante a guerra, reparações pelos danos de guerra, questões econômicas e financeiras.¹² Lista previdente.

Nos cinco meses seguintes, até a parte principal da Conferência de Paz ser encerrada, em 28 de junho, com a assinatura do tratado alemão em Versalhes, Paris sediou um virtual governo do mundo. “Nós somos a liga do povo,” disse Clemenceau na véspera da momentosa cerimônia. Wilson replicou, “O estado somos nós.”¹³ Mesmo nos primeiros encontros, os membros do Conselho Supremo começaram a agir como um gabinete no sistema representativo de governo. Analogia que até eles usavam.¹⁴ Trabalhar juntos, mas jamais esquecer as suas bases eleitorais em seus países.

Carecia também ocupar-se da imprensa. Centenas de jornalistas tinham chegado a Paris. O governo francês organizou um suntuoso clube de imprensa na mansão de um milionário. Os representantes da imprensa, na maioria homens, mas também um punhado de mulheres, entre as quais a grande repórter investigadora americana Ida Tarbell, revelaram certa ingratidão. Zombaram da vulgaridade da decoração, e os americanos apelidaram o lugar de “Casa das Mil Tetas.”¹⁵ Mais importante, queixavam-se do século que cercava os procedimentos. Wilson falara em seus Quatorze Pontos sobre “pactos abertos e abertamente alcançados.” Como em muitas de suas expressões de efeito, o significado dessa também não era claro, possivelmente nem para Wilson, mas ela mexeu com o imaginário popular.

O que talvez Wilson quisesse dizer é que não haveria mais tratados secretos, como aqueles que ele e muitos outros viam como causas da Grande Guerra, mas pretenderia ele que todas as negociações fossem abertas ao

público? Era isso que muitos jornalistas e seus leitores esperavam. Os representantes da imprensa reivindicaram o direito de presenciar as reuniões do Conselho Supremo, ou de, pelo menos, receber sumários diários de seus debates.¹⁶ Ele sempre lutara pela liberdade da imprensa, disse Clemenceau ao seu auxiliar, general Mordacq, mas tudo tem limite. Seria um “verdadeiro suicídio” deixar a imprensa reportar as discussões do dia-a-dia do Conselho Supremo.¹⁷ Se isso ocorresse, comentou Lloyd George, a Conferência de Paz não teria fim. Propôs que se fizesse um comunicado à imprensa explicando que o processo de tomada de decisões das potências seria longo e delicado, e que eles não desejariam suscitar controvérsias desnecessárias tornando públicos seus desacordos. Wilson concordou.¹⁸ Os jornalistas americanos queixaram-se amargamente a Baker, secretário de imprensa de Wilson, o qual, segundo um dos presentes, empalideceu de ansiedade. Wilson, disseram os jornalistas, era um hipócrita, e hipócrita ingênuo. Lloyd George e Clemenceau, a salvo dos holofotes do atento exame público, iriam atá-lo bem atado. Jornalistas ameaçaram deixar Paris, mas poucos se foram.¹⁹

As potências menores fizeram também muitos protestos e pleitos. Portugal, que contribuiria com 60.000 soldados para o *front* ocidental, achou imperdoável ter apenas um representante, enquanto o Brasil, que enviara uma unidade médica e alguns aviadores, tinha três.²⁰ A Inglaterra apoiou Portugal, velho aliado, e os EUA, o Brasil. Aparecer em Paris, centro do poder mundial, era importante para os estados existentes e crucial para os que os *peacemakers* batizaram de “estados em processo de formação.” Com o colapso da Rússia e a desintegração do Império Austro-Húngaro e do Império Otomano, eram muitos estados em formação. Só aparecer ante o Conselho Supremo para reivindicar já era uma espécie de validação – e concorria para boa reputação em casa.²¹

Paris pode ter sediado um governo mundial, mas seu poder nunca foi tão grande como a maioria, então como agora, supunha. Os acontecimentos atropelaram as Grandes Potências. Quando o Conselho Supremo se reuniu pela primeira vez, em 12 de janeiro, a Polônia já fora recriada, a Finlândia e os países bálticos caminhavam para a independência e a Tchecoslováquia fora montada de pedaços. Nos Bálcãs, a Sérvia tinha se juntado aos territórios eslavos do sul da Áustria-Hungria – Croácia e Eslovênia. A nova entidade ainda não tinha nome, mas já se falava de um estado iugoslavo. “A tarefa dos tratadistas parisienses,” comentou Lloyd George, “não era decidir com imparcialidade o que dar às nacionalidades liberadas, mas, com

a maior honestidade, o que livrar de suas garras que elas tivessem anexado além dos limites da autodeterminação.”²²

Porém, quais seriam tais limites? Não havia resposta clara, ou melhor, cada nação competidora tinha uma resposta diferente. “Vê aqueles buracos quinhos?” perguntou um habitante local para um americano que visitava Luov, na fronteira disputada entre Rússia e Polônia. “Aqui os chamamos os ‘Pontos de Wilson.’ Foram feitos com metralhadoras; os buracos maiores com granadas de mão. Agora disputamos a autodeterminação, e só Deus sabe como e quando isso terá fim.”²³ No primeiro encontro, o Conselho Supremo já teve que lidar com a luta entre a Polônia e os vizinhos. Quando a Conferência foi oficialmente encerrada, um ano depois, a luta seguia, lá e alhures. Tasker Bliss, o assessor militar americano, escreveu com tristeza, de Paris para a esposa, prevendo outros trinta anos de hostilidades na Europa. “As ‘nações submersas’ voltam à tona e, tão logo emergem, saltam no pescoço de alguém. São como mosquitos – já nascem malvadas.”²⁴

É tentador, mas falso, comparar a situação de 1919 com a de 1945. Em 1919, não havia superpotências, nenhuma União Soviética com seus milhões de soldados ocupando o centro da Europa, nem Estados Unidos com sua economia avassaladora e seu monopólio da bomba atômica. Em 1919, os estados inimigos não tinham sido completamente derrotados. Os motores da paz falavam, sem cerimônia, em fazer e desfazer nações em 1919, mas o barro ainda não era muito maleável, nem a vontade de moldá-lo muito grande. É claro que eles tinham poder considerável, exércitos e esquadras. Estavam de posse da arma dos alimentos, caso quisessem empregá-la contra uma Europa faminta. Podiam exercer influência por intermédio de promessas e ameaças, de dar ou retirar reconhecimento, por exemplo. Podiam abrir mapas e mover fronteiras para lá ou para cá e, na maior parte das vezes, suas decisões seriam aceitas – mas nem sempre, como o caso da Turquia demonstraria de forma espetacular. E a capacidade de o governo internacional de Paris controlar eventos era limitada por fatores como distância, vias de transporte utilizáveis e forças disponíveis – e pela relutância das Grandes Potências em gastar seus recursos.

Em 1919, os limites ainda não estavam claros – para os próprios promotores da paz ou para o mundo. Muitos acreditavam que, se pudessem desviar a atenção do Conselho Supremo, seus erros passados seriam corrigidos e o futuro garantido. Um jovem auxiliar de cozinha do Ritz mandou petição solicitando que seu pequeno país ficasse independente da França.

Ho Chi Minh e o Vietnã eram muito obscuros para merecerem uma resposta. Um coreano graduado pela Universidade de Princeton tentou partir para Paris, mas teve passaporte negado. Depois da Segunda Guerra Mundial, Syngman Rhee tornou-se presidente da recém-independente Coreia do Sul.²⁵

As sociedades defensoras do voto para as mulheres encontraram-se em Paris, lideradas pela formidável “*suffragette*” Millicent Fawcett, e formularam resoluções pleiteando representação na Conferência de Paz e voto feminino. Wilson, que tinha alguma simpatia pela causa, recebeu a delegação e falou, de forma vaga, porém animadora, sobre um comitê especial na conferência, composto por mulheres, para apreciar os problemas femininos.²⁶ Em fevereiro, pouco antes de fazer uma rápida viagem aos Estados Unidos, ele perguntou, cheio de dedos, se seus companheiros *peacemakers* apoiariam a idéia. Balfour disse que era decididamente favorável ao voto para as mulheres, mas achava que o assunto não deveria ser tratado na conferência. Clemenceau concordou. Os italianos declararam o assunto puramente interno. Com Clemenceau a murmurar um pouco alto “O que diz nosso homenzinho?” o delegado japonês expressou admiração pelo grande papel que a mulher desempenhara para a civilização, no entanto, indicou que no Japão o movimento pelo sufrágio feminino raramente era mencionado. A matéria foi deixada de lado, jamais retomada.²⁷

Os pacificadores descobriram também que tinham assumido a administração de grande parte da Europa e de enormes porções do Oriente Médio. Antigas estruturas de governo haviam desmoronado e forças de ocupação bem como representantes dos aliados eram sorvidos para seus lugares. Não havia escolha; se não o fizessem, ninguém o faria – ou pior, revolucionários poderiam fazê-lo. Os homens que se encontravam em tais regiões faziam o que podiam. Em Belgrado, um almirante inglês conseguiu reunir uma pequena flotilha de barcas que fez que subirem e descerem o Danúbio carregando alimentos e matérias-primas. Reativou um pouco o comércio e a indústria da área, enfrentando alguma obstrução dos diferentes governos ao longo do rio, mas foi uma medida improvisada. Como declarou em Paris, a solução de longo prazo seria o controle internacional do Danúbio e dos outros grandes cursos d’água navegáveis da Europa.²⁸ Outros esquemas foram postos em prática e surgiram também outros entusiastas, mas onde a vontade política para essas coisas?

As responsabilidades econômicas eram assustadoras. A guerra tinha destruído a economia mundial e não era fácil pô-la a funcionar de novo. As nações européias contraíram empréstimos vultuosos; no caso dos aliados, cada vez mais com os Estados Unidos. No momento, por conseguinte, era quase impossível obter créditos para financiar sua reconstrução e reanudar o comércio. A guerra deixara fábricas arrasadas, campos abandonados, pontes e estradas de ferro destruídas, escassez de fertilizantes, sementes, matérias-primas, navios mercantes, locomotivas. A Europa ainda dependia muito do carvão como combustível, mas as minas de França, Bélgica, Polônia e até da Alemanha estavam inundadas. A emergência de novas nações na Europa Central prejudicou ainda mais o que sobrara das antigas redes de comércio e transporte. Em Viena, a luz elétrica bruxuleava e os bondes estavam parados porque o carvão que antes vinha do norte estava bloqueado por uma nova fronteira. De todos os cantos da Europa, das agências particulares e oficiais de ajuda humanitária, chegavam relatórios alarmantes: milhões de homens desempregados, donas de casa desesperadas alimentando suas famílias com batata e sopa de repolho, crianças desnutridas.

Naquele primeiro inverno rigoroso da paz, Herbert Hoover, o administrador americano da ajuda humanitária, avisou os aliados que cerca de 200 milhões de pessoas nos países inimigos e quase outro tanto nas nações vitoriosas e neutras estavam na perspectiva de fome. Só para a Alemanha eram necessárias 200.000 toneladas mensais de trigo e 70.000 toneladas de carne. Em todos os territórios da antiga Áustria-Hungria, faltavam gase e medicamentos nos hospitais. No novo estado tchecoslovaco, faltava leite para um milhão de crianças. Em Viena, morriam mais bebês do que sobreviviam. Havia gente comendo pó de carvão, aparas de madeira, areia. O pessoal de socorro humanitário inventava nomes para coisas que nunca tinham visto, como o mal de “*mangel-wurzel*” [NT: *beterraba para forragem*] de quem só se alimentava de beterraba.

O lado humanitário a exigir providências era incontestável. Como também o político. “Enquanto a fome grassar,” alertou Wilson aos seus colegas, “os fundamentos de governo continuarão a desmoronar.”³⁰ Eles possuíam os recursos. Canadenses, australianos, neozelandeses e americanos, estavam todos ansiosos por vender seus excedentes de alimentos e matérias-primas. Havia navios para o transporte. Mas de onde viria o dinheiro? A Alemanha tinha reservas-ouro, mas os franceses, que queriam ver tais recursos empregados nas reparações de guerra, eram contra seu uso para o financiamento

de importações. Os aliados europeus não poderiam bancar amparo e socorro na escala necessária, e os países derrotados, exceto a Alemanha, estavam falidos. Restavam os EUA, mas o congresso e a opinião pública estavam divididos entre um impulso pela ajuda e um sentimento de que os EUA tinham já feito o bastante para a vitória no conflito. Depois da Segunda Guerra Mundial, esse estado de espírito se repetiria, mas com uma diferença crucial: em vez da ameaça difusa de revolução, havia um único e claro inimigo na União Soviética. Um equivalente ao Plano Marshall, que tanto contribuiu para o renascimento da Europa naquelas circunstâncias, não foi possível em 1919.

Além do mais, os Estados Unidos não detinham a preponderância de poder ostentada depois da Segunda Guerra Mundial. Seus aliados europeus não estavam, em 1919, exaustos e desesperados, dispostos a receber o auxílio americano, mesmo ao preço do acatamento de suas sugestões. Em 1919, eles ainda se viam – e de fato, eram – atores independentes nos assuntos mundiais. Antes que a guerra terminasse, Inglaterra, França e Itália planejaram um fundo aliado conjunto de créditos, alimentos, matérias-primas e navios para amparo e reconstrução, sob um conselho interaliado. Os americanos resistiram. Suspeitavam, com razão, que seus aliados queriam controlar a distribuição dos recursos, ainda que a maior parte viesse dos EUA, como alavancagem sobre os estados inimigos na aceitação dos termos da paz.³¹

Quando Wilson insistiu para que Hoover fosse colocado à testa da administração do amparo aliado, os europeus foram contra. Hoover, reclamou Lloyd George, se transformaria no “ditador da alimentação europeia” e os empresários americanos aproveitariam para entrar. De má vontade, os europeus cederam, mas fizeram de tudo para dificultar a missão de Hoover.³²

Para Wilson e para muitos americanos, Hoover era um herói, órfão pobre que batalhara seu caminho através da Universidade de Stanford para se tornar um dos mais destacados engenheiros mundiais. Durante a guerra, organizou um gigantesco programa de amparo à Bélgica ocupada pelos alemães, e quando os EUA entraram em combate, em 1917, assumiu o encargo de economizar alimentos para o esforço bélico. “Posso ‘hooverizar’ o jantar,” diziam cartões do dia dos namorados, “Mas jamais vou ‘hooverizar’ meu amor por você.”³³ Ele era eficiente, maníaco por trabalho e sem senso de humor. Lloyd George o achava brusco e sem tato.³⁴ Aos europeus ressentia a maneira com que não parava de lembrar que os Estados Unidos estavam suprimindo o grosso do amparo à Europa e o modo como empurrava os

interesses econômicos americanos, descarregando, por exemplo, estoques de produtos derivados da carne de porco em detrimento dos produtores do Velho Mundo.³⁵

Conquanto os aliados tivessem um bom número de agências econômicas, supervisionadas um pouco vagamente pelo Conselho Supremo da Economia, a seção de alimento e amparo comandada por Hoover era, de longe, a mais eficiente. Com 100 milhões de dólares dos Estados Unidos e 62 milhões da Inglaterra, ele montou escritórios em trinta e dois países, abriu cozinhas que alimentaram milhões de crianças e movimentou toneladas de alimentos, roupas e suprimentos médicos para as áreas mais atingidas. Pela primavera de 1919, a organização de Hoover já operava ferrovias e supervisionava minas. Tinha rede telegráfica própria. Decretara guerra aos piolhos com um exército de milhares de máquinas de cortar cabelo, toneladas de sabonete, casas e estações de banho operadas por soldados americanos. Viajantes que não portassem a certidão de “despiolhado” eram retidos e desinfectados.³⁶ No verão de 1919, Hoover enfureceu outra vez os europeus. Declarou que os Estados Unidos já tinham feito muito e que o problema, a partir de então, era dos europeus. Com trabalho duro, austeridade e poupança, deveriam se sair bem. Seu ponto de vista foi bem recebido por Washington cada vez mais isolacionista, e a ajuda e os empréstimos americanos caíram vertiginosamente.

Na realidade, só em 1925 a Europa atingiu os níveis de produção de antes da guerra; em algumas regiões, a recuperação foi ainda mais lenta. Muitos governos apelaram para endividamento, déficits orçamentários e controles no comércio, a fim de manter seus países de pé. Como um todo, a economia europeia permaneceu frágil, aumentando as dificuldades políticas internas nos anos 1920 bem como as tensões externas, com os governos a adotarem medidas protecionistas.³⁷ Talvez, com dinheiro americano e cooperação europeia, pudesse ter ressurgido uma Europa mais forte, em melhores condições para resistir aos desafios dos anos 1930.

EM 18 DE JANEIRO DE 1919, a Conferência de Paz foi oficialmente aberta. Clemenceau providenciou para que a data da abertura coincidissem com o aniversário da coroação, em 1871, de Wilhelm I como Kaiser da nova Alemanha.¹ Com os delegados reunidos na suntuosa Salle d'Horloge do Quai d'Orsay, o presidente Poincaré falou sobre a perversidade de seus inimigos, os grandes sacrifícios dos aliados e as esperanças de uma paz duradoura. "Os senhores têm nas mãos," disse-lhes, "o futuro do mundo."² Na saída, Balfour virou-se para Clemenceau e desculpou-se pela cartola que usava, "Disseram-me que o uso era obrigatório." "A mim também disseram," replicou Clemenceau, de chapéu-coco.³

Observadores notaram algumas ausências: do primeiro-ministro grego Venizelos, aborrecido com o fato de a Sérvia ter mais delegados que seu país; do primeiro-ministro canadense, Borden, ofendido com a precedência conferida à pequena Terra Nova; e dos japoneses, que ainda não tinham chegado. Mas, a ausência mais clamorosa foi a da Rússia.

Em 1914, a aliada Rússia, provavelmente, salvara a França ao atacar a Alemanha no *front* oriental. Por três anos, lutou contra as Potências Centrais, infligindo pesadas perdas, porém sofrendo ainda maiores. Em 1917, finalmente desmoronou com as tensões, passando em oito meses de autocracia para democracia liberal, depois para ditadura revolucionária sob uma pequena facção extremista de socialistas russos – os bolcheviques – de quem a maior parte dos povos, inclusive os próprios russos, jamais ouvira falar. A Rússia em colapso soltou pedaços de um grande império: estados bálticos, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão e Daguestão. Os aliados enviaram tropas na vã tentativa de ajudar o aliado que se desintegrava contra a Alemanha, mas, no início de 1918, os bolcheviques fizeram a paz com os alemães. As tropas aliadas permaneceram em solo russo, mas para fazer o quê? Derrubar os bolcheviques e seu regime soviético? Apoiar os heterogêneos oponentes: realistas, liberais, anarquistas, socialistas desiludidos, nacionalistas de toda sorte?

Em Paris, não foi fácil entender o que ocorria no Leste, quem estava do lado de quem. Histórias filtravam-se para o Ocidente: de uma ordem social virada ao avesso, de guerras civis, de levantes nacionalistas, de um ciclo de atrocidades, de vinganças e mais atrocidades: o último czar e sua família tinham sido assassinados e os corpos lançados num poço; o corpo mutilado de um adido naval inglês jazia insepulto numa rua de São Petersburgo. Soldados russos tinham fuzilado os oficiais, e marinheiros comandavam os navios. Em todo o vasto interior russo, os camponeses, movidos por antiga sede de terras, estavam matando seus senhores. Nas cidades, adolescentes brandiam armas, e os pobres esgueiravam-se de seus guetos para ocupar as grandes mansões. Mas era difícil dizer quanto era verdade (a maior parte era), porque a Rússia se tornara terra incógnita. Como disse Lloyd George: "Não lidávamos com fatos confirmados, ou mesmo confirmáveis. A Rússia era uma floresta onde ninguém podia dizer o que estava a alguns metros de distância."⁴ Seu pouco domínio da geografia não ajudou; pensou que Kharkov (cidade da Ucrânia) fosse o nome de um general russo.

As potências retiraram seus diplomatas no verão de 1918 e a maioria dos correspondentes estrangeiros saiu no início de 1919. As rotas terrestres estavam interrompidas pelo combate. Os telegramas levavam dias ou semanas, se é que chegavam aos destinatários. Quando se abriu a Conferência de Paz, o único caminho para as mensagens era através de Estocolmo, onde os bolcheviques tinham um representante. Durante a conferência, os promotores da paz sabiam tanto da Rússia quanto da face oculta da Lua.⁵

Em termos legais, talvez não houvesse necessidade de representantes russos. Era a opinião de Clemenceau: a Rússia trairá a causa aliada, deixando a França à mercê dos alemães.⁶ O líder bolchevique, Lênin, a um só tempo realista e fanático, cederá terra e recursos para a Alemanha em Brest-Litovsk (hoje Brest, na Polônia), em troca da paz, para manter a chama da qual viria o milênio marxista. A Alemanha teve acesso aos materiais que desejava desesperadamente e, mais, pôde rocar centenas de milhares de soldados para o *front* ocidental. A ação de Lênin, com toda certeza para Clemenceau, liberara os aliados de quaisquer promessas feitas à Rússia, inclusive o acesso aos estreitos vitais do Mar Negro para o Mediterrâneo.

Por outro lado, a Rússia ainda era, em termos técnicos, aliada, e ainda estava em guerra com a Alemanha. No final, os alemães foram obrigados a denunciar o Tratado de Brest-Litovsk quando fizeram seu próprio armistício, em 1918. De qualquer forma, a ausência da Rússia era inconveniente.

“Nas discussões,” escreveu um assessor inglês em seu diário, “tudo, inevitavelmente, leva à Rússia. Começa o debate de um assunto; concorda-se que a matéria não pode ser encaminhada enquanto não se estabelecer a política geral para a Rússia; então, passa-se ao debate de outro assunto.”⁷ Finlândia, os estados bálticos emergentes da Estônia, Letônia e Lituânia, Polônia, Romênia, Turquia e Pérsia todos foram abordados na Conferência de Paz, contudo, suas fronteiras não se podiam fixar até o *status* e a forma da Rússia ficarem claros.

A questão da Rússia foi levantada repetidas vezes durante a conferência. Baker, mais tarde um apologista de Wilson, afirmou que a Rússia e o medo do bolchevismo formataram a paz. “A Rússia,” bradou ele, “teve papel mais vital em Paris que a Prússia!”⁸ Como muito do que iria dizer, é um contrasenso. Os *peacemakers* não perderam muito tempo pensando na Rússia e em sua revolução; estavam muito mais interessados em fazer a paz com a Alemanha ainda intacta e em trazer a Europa de volta ao ritmo de paz. Preocupavam-se com a Rússia na mesma medida em que se inquietavam com as agitações sociais mais próximas de casa, mas não viam, necessariamente, os dois fatos como lados da mesma moeda. A destruição dos bolcheviques na Rússia não removeria num passe de mágica o desassossego social em outras partes do mundo. Operários e soldados alemães tinham assumido o poder porque o regime do Kaiser estava desacreditado e falido. A Áustria-Hungria entrara em colapso porque não podia mais flutuar mantendo submersas suas nacionalidades. Soldados ingleses amotinaram-se em Folkestone porque não queriam mais ir para além-mar, os canadenses, no norte de Gales, porque queriam ir para casa. A Revolução Russa deu, algumas vezes, encorajamento – e um vocabulário. “O bolchevismo está na ordem do dia,” escreveu Borden em seu diário, mas referia-se à inquietação trabalhista, não à revolução.⁹ “Bolchevismo” (ou seu companheiro “comunismo”) era um resumo prático, em 1919. Como observou Bliss, assessor militar de Wilson, “se substituíssemos pela palavra ‘revolucionário’ talvez ficasse mais claro.”¹⁰

Claro que os estadistas reunidos se preocupavam com o alastramento de idéias revolucionárias, mas não especificamente as russas. Os sobreviventes da Grande Guerra estavam esgotados e ansiosos. Parecia que estruturas sólidas, impérios, seus funcionalismos e exércitos, tudo se desmanchava e, em muitas partes da Europa, não estava claro o que iria substituí-los. A Europa fora um foco de desejos insatisfeitos antes da guerra, de socialistas por um

mundo melhor, de trabalhistas por melhores condições, de nacionalistas por pátrias próprias, e tais anelos emergiram de novo com maior força por que, no mundo fluído de 1919, era possível sonhar com grandes mudanças – ou ter pesadelos com o colapso da ordem. O presidente português foi assassinado. Ainda em 1919, em Paris, um louco tentaria matar Clemenceau. Na Baviera e na Hungria, governos comunistas assumiram, por alguns dias em Munique, mas muito mais tempo em Budapeste. Em Berlim, em janeiro, e em Viena, em junho, os comunistas tentaram, sem sucesso, fazer o mesmo. Nem tudo podia ser imputado aos bolcheviques russos.

Muitos, e não só os da esquerda, recusaram-se ao pânico.¹¹ Num almoço no Majestic, um delegado canadense, Oliver Mowat Biggar, conversou animadamente com um grupo onde estava Philip Kerr, secretário particular de Lloyd George. Depois, registrou: “O sentimento de todos nós era de que o dinheiro tinha muita influência no mundo – refiro-me ao dinheiro egoísta. A conclusão lógica é o comunismo, e todos, sem dúvida, chegaremos lá em um quarto de século, algo assim.” Entrementes, como escreveu à esposa no Canadá, Biggar se divertiu bastante: bailes nas noites de sábado no Majestic, *Fausto* e *Madame Butterfly* na Ópera, os shows onde se surpreendia, disse a ela, com a beleza das prostitutas. Os franceses, ressaltou, têm padrões diferentes dos canadenses. Num show, a estrela “nada usava acima da cintura, exceto umas correntes, e, noutro show, nada acima ou abaixo, salvo fitas e sapatos. Como dançarina, ela era fraca.” Quando a esposa alvitrou juntar-se imediatamente a ele, Biggar levantou sérias ressalvas. É claro que desejava vê-la, mas apartamentos na época estavam terrivelmente caros em Paris, e os banheiros eram horrolosos. Além do mais, um político experiente dissera-lhe que a revolução ia grassar na Alemanha e, possivelmente, na França, com racionamento de comida e carvão, luzes apagadas e torneiras secas. “Decida, no entanto, se quer conviver com o desconforto e, talvez, com algum perigo.”¹² Mrs Biggar ficou no Canadá.

O bolchevismo tinha lá seus usos. Quando a Romênia pleiteou a província russa da Bessarábia, e a Polônia avançou sobre a Ucrânia, foi para deter o bolchevismo. Os delegados italianos apelavam para revoluções internas caso não conseguissem a maior parte da costa da Dalmácia. Os *peacemakers* usavam-no para ameaças mútuas. A Alemanha, diziam Lloyd George e Wilson, caminhará para o bolchevismo se lhe fossem impostas condições muito duras de paz.

As reações ocidentais ao novo regime na Rússia mostraram-se profundamente divididas. A falta de informações, evidentemente, não impediu opiniões fortes. Ao contrário, foi até mais fácil. Tanto a esquerda como a direita projetaram seus próprios receios e esperanças no buraco negro do Leste. O jornalista americano de esquerda Lincoln Steffens, que, coisa nada usual, esteve na Rússia em 1919, ao sair, criou sua famosa frase “Vi o futuro, e ele funciona.” Nada que viu no país mudara sua opinião.¹³ Na direita, todos os horrores tinham crédito. O governo inglês publicou relatórios, supostamente de testemunhas: os bolcheviques tinham estatizado as mulheres em “comissariados do amor livre,” as igrejas eram transformadas em bordéis, grupos especiais de carrascos chineses tinham sido importadas para exercitarem suas antigas habilidades orientais nas vítimas dos bolcheviques.¹⁴

Churchill, ministro da guerra inglês durante a Conferência, foi dos poucos a perceber que o bolchevismo de Lênin era coisa nova no cenário político, que, por baixo da retórica marxista, havia um partido altamente disciplinado, altamente centralizado, que se valia de qualquer meio para garantir poder. Motivado pelo distante objetivo de um mundo perfeito, era indiferente ao método utilizado. “A essência do bolchevismo, ao contrário de muitas outras formas de pensamento político visionário, é que só se pode propagar e manter pela violência.” Lênin e seus colegas estavam dispostos a destruir qualquer coisa que obstruísse o caminho dessa visão, fossem as instituições russas, fossem os próprios russos. “De todas as tiranias da história,” declarou Churchill perante uma platéia de Londres, “a bolchevique é a pior, mais destrutiva, mais degradante.” Lloyd George não foi muito gentil sobre a motivação de Churchill: “Seu sangue ducal revoltou-se contra a eliminação por ataque de grão-duques na Rússia.” Muitos de seus colegas e o povo inglês descartavam Churchill como errático e inconfiável. A sombra do desastre de Gallipoli ainda pairava sobre ele, e sua linguagem floreada soava histórica. “A civilização,” disse ele na campanha eleitoral de novembro de 1918, “está completamente extinta em áreas gigantescas, e os bolcheviques saltam em cambalhotas, como um bando de babuínos ferozes, sobre as ruínas das cidades e os cadáveres de suas vítimas.” Depois de uma de suas explosões no Gabinete, Balfour disse-lhe calmamente: “Admiro o modo exagerado com que você diz a verdade.”¹⁵

Embora a maioria dos liberais do Ocidente se inclinasse a dar aos bolcheviques o benefício da dúvida, sua tomada do poder de uma assembléia democraticamente eleita, seus assassinatos – notadamente o do czar e sua

família – e seu repúdio à dívida externa da Rússia scandalizaram a opinião pública. (Os franceses particularmente irritados com a questão da dívida porque grande parte de sua classe média comprara títulos do governo russo.¹⁶) No entanto, como os bons liberais lembravam uns aos outros, os EUA e a França eram produtos de revoluções. Wilson, de início, pensou que isso de bolchevismo se tratava de refrear as grandes empresas e os governos grandes, para dar maior liberdade aos indivíduos.¹⁷ Seu médico particular, Grayson, notou que o presidente era a favor de muita coisa do programa bolchevique. “Claro que julgou os assassinos, o confisco e o desprezo pela lei merecedores da mais veemente condenação. Mas algumas de suas doutrinas derivam totalmente das pressões do capitalismo, que não levou em consideração em parte alguma os direitos dos trabalhadores, e o presidente alertou seus colegas que, se os bolcheviques voltassem à sanidade e viessem a exercer uma política da lei e da ordem, logo se espalhariam por toda a Europa, desbancando governos existentes.”¹⁸ Pensadores progressistas, como ele mesmo e Wilson, disse Lloyd George, pensavam que a velha ordem – “inepta, libertina e tirânica” – merecia o que tinha recebido: “ela era culpada de extorsões e opressões que respondiam pela ferocidade demonstrada pelos revolucionários.”¹⁹ Restava, também, em Lloyd George algo do jovem e corajoso advogado do Norte de Gales que enfrentara poderosos interesses locais. “O problema do PM,” queixou-se Curzon a Balfour, “é que ele próprio é um pouco bolchevique. Sente-se que ele vê Trotsky como a única figura afim no cenário internacional.”²⁰

Os bolcheviques russos, muitos acreditavam, iriam sossegar e virar burgueses.²¹ No Ocidente as coisas seriam diferentes. Se as idéias bolcheviques estavam permeando as sociedades ocidentais era porque o povo estava farto. Removam-se as causas do bolchevismo, argumentavam Wilson e Lloyd George, e ele perderá seu oxigênio. Camponeses sem terra, trabalhadores sem emprego, homens e mulheres comuns sem esperanças, tudo é munição para o visionário que promete o Mundo. Havia um fosso perigoso, disse Wilson, mesmo em seu próprio país, entre o capital e o trabalho. “Semente precisa de solo, e as sementes bolcheviques já encontraram o solo preparado para elas.”²² O bolchevismo poderia ser derrotado, asseverou aos especialistas americanos na viagem para Paris, pela construção de uma nova ordem.²³ Lloyd George, também, tinha a propensão pelo otimismo. “Você não acha que o bolchevismo vai se extinguir por si mesmo?” perguntou a um jornalista inglês. “A Europa é muito forte. Pode resistir.”²⁴

Lloyd George teria preferido incluir a Rússia na Conferência de Paz. Como disse a Clemenceau no encontro de Londres de dezembro de 1918, não podiam agir como se o país não existisse. Afirmou ter grande simpatia pelo povo russo. “Suas tropas lutaram sem armas e munição; foram vergonhosamente traídas pelo governo, e não surpreende que, em sua amargura, o povo russo se rebelasse contra a Aliança.” A Rússia era um país gigantesco, entendendo-se da Europa à Ásia e com quase 200 milhões de pessoas. Se as nações que reivindicavam território russo fossem autorizadas a virem a Paris, por certo os russos mereciam o direito de ser ouvidos. Talvez tivessem que convidar os bolcheviques.²⁵ Não gostava deles, disse Lloyd George ao Conselho Supremo, mas seria possível negar reconhecimento? “Dizer que nós mesmos devíamos escolher os representantes de um grande povo seria contra a todos os princípios pelos quais lutáramos.” O governo inglês cometera o mesmo erro depois da Revolução Francesa ao apoiar os aristocratas emigrados. “Isso,” completou Lloyd George em tons dramáticos, “o levou a uma guerra que durou cerca de vinte e cinco anos.”²⁶

Seus argumentos não foram muito do agrado de Clemenceau, que tinha aversão aos bolcheviques, em parte, porque os via como ferramentas dos alemães e, em parte, porque abominava seus métodos. Para Clemenceau, revolução era sublime quando era a de 1789, e odiosa quando caía nas mãos dos jacobinos, com seus Robespierres e Lênins, que usavam a guilhotina e a corda para criar perfeição. Vivera a violência da gentalha e a sangrenta repressão da comuna de Paris, depois da Guerra Franco-Prussiana. A partir de então, rompeu com a extrema esquerda.²⁷ Em 1919, ele e os outros líderes aliados, também tinham que cuidar de suas próprias opiniões públicas. Se os bolcheviques enviassem representantes a Paris, disse ele a Balfour numa conversa privada, a extrema esquerda seria prestigiada e as classes médias ficariam em pânico. Haveria levantes nas ruas, que seu governo precisaria esmagar pela força, e o resultado não seria um bom clima para a Conferência de Paz. Se seus aliados insistissem em tal convite, alertou Clemenceau, seria obrigado a renunciar.²⁸

E os bolcheviques falavam por todo o povo russo? Eles controlavam apenas o núcleo das terras russas, mais as duas grandes cidades de São Petersburgo (logo chamada Leningrado) e Moscou. Enfrentavam governos rivais: no sul, o dos russos brancos, como eram normalmente conhecidos, sob o comando do general Anton Denikin, um dos melhores generais czaristas, e na Sibéria, o do almirante Alexandr Kolchak. Mesmo em Paris,

os exilados russos, dos conservadores aos radicais, tinham formado a Conferência Política Russa como porta-voz de todos os russos não-bolcheviques. Sergei Sazonov, ex-ministro do exterior do czar, viu-se trabalhando ao lado de Boris Savinkov, famoso terrorista. Maneiroso, trajado com apuro, uma gardênia na lapela, Savinkov era muito admirado em Paris. Lloyd George, apreciador da eficiência, disse: “Seus assassinatos foram sempre bem planejados, completos sucessos.”²⁹ Infelizmente, a Conferência Política Russa só teve apoio reticente dos governos rivais de Denikin e Kolchak (que também desperdiçavam tempo tentando sobrepujar um ao outro) e absolutamente nenhum dos bolcheviques.

Em 16 de janeiro, Lloyd George levantou a questão da Rússia no Conselho Supremo. Parecia-lhe haver três linhas: primeira, destruir o bolchevismo russo; segunda, isolar deles o mundo exterior; terceira, convidar os russos, inclusive os bolcheviques, para encontro com eles. Já tinham atuado nas duas primeiras linhas: havia soldados aliados em solo russo e os aliados efetuavam um bloqueio da Rússia. Ocorre que nenhuma das duas parecia funcionar. Ele mesmo preferia a última. Aliás, a conferência faria um bem à Rússia em persuadir as facções a conversarem entre elas e tentarem uma trégua.³⁰ Exatamente, disse ele em particular, o que os romanos fizeram quando convocaram os bárbaros e recomendaram que se comportassem.

Lloyd George estava certo quanto às linhas de ação, mas os pacificadores tiveram dificuldade em chegar a uma decisão. Existiam objeções para cada linha de ação. Intervir para derrubar os bolcheviques seria arriscado e caro; isolar a Rússia prejudicaria o povo russo; e trazer representantes bolcheviques a Paris, ou a qualquer outro lugar do Ocidente, poderia dar-lhes a oportunidade de difundir sua mensagem, para não falar na fúria dos conservadores. Wilson apoiou Lloyd George, os ministros francês e italiano, Pichon e Sonnino, objetaram. No mínimo, sugeriu Pichon, ouvir os embaixadores francês e dinamarquês que acabavam de chegar da Rússia. Os dois vieram devidamente com casos alarmantes do Terror Vermelho, que Lloyd George, desdenhosamente, repudiou como exageros.³² O Conselho Supremo foi incapaz de chegar a uma conclusão.

Ao longo de toda a Conferência, a política com a Rússia permaneceu inconsistente e incoerente, sem firmeza para derrubar os bolcheviques, mas suficientemente hostil para convencê-los, com infelizes consequências futuras, de que as potências ocidentais eram inimigos implacáveis. Churchill, que pedia com insistência uma linha política clara de seu próprio governo,

foi amargo em suas memórias quanto à indecisão dos aliados: “Estavam em guerra com a Rússia soviética? Certamente não; mas atiravam nos russos soviéticos à primeira vista. Permaneciam como invasores em solo russo. Armaram os inimigos do governo soviético. Bloquearam seus portos e afundaram seus encouraçados. Desejavam com fervor e engendravam sua derubada. Mas, guerra – escândalo! Interferência – uma vergonha!”³³

Claro que Churchill era pela intervenção. Como também o marechal Foch, o mais antigo general francês e comandante-em-chefe dos aliados. E mais os membros conservadores do parlamento em Londres e os furiosos investidores franceses. Contra, um grupo igualmente feroz: os sindicatos, solidários com o operariado, os humanitários de vários matizes, e os pragmáticos, a dizerem com o popular *Daily Express* simplesmente, “Lamentamos pelos russos, mas eles que resolvam sozinhos seus problemas.”³⁴

Wilson tendia ao mesmo. “Sou por deixá-los buscarem sua própria salvação,” disse a um diplomata inglês em Washington, pouco antes do fim da guerra, “mesmo que chafurdem na anarquia por um tempo. É como vejo: gente impossível a brigar entre si. Não há como negociar com eles; então você os mete numa sala, tranca a porta e avisa que, quando resolverem suas diferenças, a porta será aberta e vamos aos acertos.”³⁵ Wilson presumia que a forma da sala permaneceria a mesma; ele não imaginava, como os ingleses, algumas vezes, o desmoronamento do império russo. Autodeterminação, como o presidente via, era os russos gerirem seu gigantesco país. Só fazia a exceção, com base no mesmo princípio, do território polonês da Rússia, que, para ele, deveria ser parte da Polônia restaurada. Curiosamente, não olhava o nacionalismo ucraniano sob a mesma luz (possivelmente porque seu grande oponente republicano, o senador Lodge, era favorável a uma Ucrânia independente), e repelia com vigor o reconhecimento aliado dos estados bálticos.³⁶ Afora isso, sua política em relação à Rússia era em grande parte negativa: não-intervenção e não-reconhecimento. O sexto de seus Quatorze Pontos estipulava a evacuação de todos os exércitos estrangeiros do território russo (tinha em mente, em especial, os japoneses) para que o povo russo pudesse criar as instituições que lhe conviessem. Quando os russos resolvessem quem devia governá-los (esperava que não fossem os bolcheviques), os EUA dariam reconhecimento. Fora o que os Estados Unidos fizeram na guerra civil mexicana, Wilson gostava de realçar.³⁷

O problema é que os aliados já tinham feito a intervenção. Na primavera de 1918, tropas inglesas desembarcaram nos portos setentrionais de

Archangel e Murmansk, e os japoneses tomaram Vladivostok, no Pacífico, e se espalharam para o oeste, Sibéria adentro, para evitar que os alemães deitassem mão em matérias-primas, tais como cereais e petróleo, assim como nos portos e ferrovias russos. Para vigiar os japoneses (talvez também os ingleses) e proteger a legião de checos ex-prisioneiros dos campos russos de guerra que estavam na Sibéria impedidos de prosseguir, os americanos, com muita relutância, desembarcaram também suas tropas. (“Tenho suado sangue,” queixou-se Wilson a House naquele verão, “com a questão do que é correto e exequível fazer na Rússia. ... Os fatos se esfalelaram como mercúrio entre meus dedos.”³⁸) Os ingleses conseguiram, então, convencer os canadenses a enviarem uma força, para contrabalançar americanos e japoneses. Mais ao sul, outra força britânica, sob o comando de um ex-companheiro de escola de Rudyard Kipling, deslocou-se para as montanhas do Cáucaso e seus campos de petróleo. Os franceses, com menos recursos humanos que os ingleses, enviaram apenas missões militares e forças simbólicas. Quando, no fim da guerra, a Inglaterra decidiu não apenas manter suas forças mas oferecer apoio aos russos brancos contra os bolcheviques, ficou muito claro que a intervenção, que começara contra os alemães, tinha mansamente se transformado em algo bem diferente.³⁹

A Alemanha derrotada, por instruções dos aliados, começou a retirar suas tropas da Ucrânia e dos estados bálticos. Os aliados batalharam para preencher o vácuo. Pelo fim de 1918, havia mais de 180.000 soldados estrangeiros em solo russo, e diversos exércitos de russos brancos recebendo dinheiro e armas dos aliados.⁴⁰ Começava-se a falar numa cruzada contra o bolchevismo. O que fez os líderes aliados exercitarem o comediamento foram os sinais de forte oposição a quaisquer novas aventuras militares. Seus povos – e suas forças armadas – estavam cansados de guerra. O *slogan* da esquerda “Tirem as mãos da Rússia” ganhava popularidade. Se não fossem cautelosos, disse Lloyd George a seu ministério, alastrariam o bolchevismo na tentativa de acabar com ele. Os chefes militares ingleses informaram que a perspectiva de envio à Rússia despertava enorme rejeição entre os soldados.⁴¹ Os canadenses, que vinham dando as tropas para a expedição siberiana e para Murmansk, queriam se retirar quando o verão chegasse; a questão provocava “grande ansiedade” no Canadá, disse Borden a seus colegas da delegação do Império Britânico.⁴²

Os franceses, favoráveis a uma linha forte de intervenção, não podiam, na verdade, fazer grande coisa. Não tinham efetivos nem os recursos mate-

riais. Só um punhado de soldados franceses chegara à Rússia antes do fim da guerra. Segundo o acordo com a Inglaterra, a França, na teoria, era responsável pela Ucrânia Meridional e pela Crimeia, e a Inglaterra, pelo Cáucaso e pela Ásia Central. (O que isso significava, além do apoio às forças antibolcheviques locais, jamais foi claramente explicado.) O general francês no Oriente Próximo, Louis Franchet d'Esperey, queixou-se amargamente, "Não tenho homens suficientes para mobiliar esse país, ainda mais porque não há atração alguma em nossos soldados pela experiência do inverno russo, quando todos os seus camaradas já descansam."⁴³ Seus avisos foram ignorados da forma mais insensata. O governo francês movimentou uma força mista de soldados franceses, gregos e poloneses para o porto de Odessa, no Mar Negro. A expedição viu-se logo em luta contra uma coleção heterogênea de inimigos, dos bolcheviques, passando pelos nacionalistas ucranianos, até os anarquistas. O moral despencou no inverno de 1918-19 e os bolcheviques tiveram franca adesão quando enviaram intermediários que falavam francês para convencerem os soldados da expedição. Como relatou um oficial francês, "nenhum soldado francês, que tinha salvo a pele em Verdun e nos campos do Marne, iria arriscá-la nos campos da Rússia." Em abril de 1919, as autoridades francesas desistiram abruptamente daquilo que se transformava em *débâcle* e ordenaram a retirada, abandonando Odessa e seu povo aos bolcheviques. Civis ficaram à beira d'água, implorando que os franceses os levassem. Uma expedição francesa menor deixou o porto de Sebastopol, na Crimeia, com um pouco mais de organização, levando com ela cerca de 40.000 russos, inclusive a mãe do czar assassinado. Duas semanas mais tarde, a esquadra francesa do Mar Negro amotinou-se.⁴⁴

Embora a França continuasse vocal opositora dos bolcheviques e de seus métodos, não teve mais papel algum na intervenção aliada. Foch andou propondo uma série de planos cada vez mais inverossímeis de invadir-se a Rússia com exércitos constituídos de poloneses, finlandeses, tchecoslovacos, romenos, gregos e até prisioneiros de guerra russos que ainda estavam na Alemanha, mas não deram em nada, até porque os coadjuvantes se recusaram aos papéis a eles distribuídos, mas também pela forte objeção de ingleses e americanos.⁴⁵

A política francesa tornou-se, então, devido a esses fatos, a segunda das linhas de ação formuladas por Lloyd George, a de isolar o bolchevismo dentro da Rússia. Na Conferência de Paz e nos anos subsequentes, a França esforçou-se para erigir estados em torno da Rússia, tais como a Polônia, a

fim de formar, na antiga expressão medieval, um *cordon sanitaire* em volta dos pesteados. Isso também teve a vantagem, ainda mais importante para a França, de criar contrapesos para a Alemanha e uma barreira para a improvável possibilidade de a Rússia e a Alemanha tentarem se unir.⁴⁶ Foch e Churchill estavam entre os poucos em Paris, em 1919, que levavam a sério tal possibilidade. Na realidade, Churchill chegou a alertar contra uma futura combinação de uma Rússia bolchevique com uma Alemanha e um Japão nacionalistas. "Como resultado final, poderíamos ver uma confederação de predadores do Reno a Yokohama, ameaçando os interesses vitais do Império Britânico na Índia e alhures, ameaça, de fato, ao futuro do mundo."⁴⁷

"Temos que continuar de olho neles," disse Clemenceau, esgotado, para Lloyd George sobre os bolcheviques, no final de 1919, "cercá-los, por assim dizer, com arame farpado, e não gastar dinheiro com eles."⁴⁸ Dinheiro era sempre um problema em 1919. Lloyd George tentou amortecer o entusiasmo de Churchill pela intervenção relatando uma conversa com o ministro da fazenda, Austen Chamberlain: "Não podemos arcar com tais despesas. Chamberlain diz que está difícil fechar as contas na situação de paz, mesmo com a forte taxa atual."⁴⁹ Os ingleses tinham gasto, talvez, 100 milhões de libras e os franceses um pouco menos da metade desse total.⁵⁰ Os contrabuintes ingleses não estavam dispostos a despejar dinheiro na Rússia, ainda mais quando seus aliados não o faziam. "Quanto a França pode dar?" foi a pergunta de Lloyd George quando aumentou a intervenção veio à baila, em fevereiro de 1919. "Estou certo de que não pode arcar com tais despesas; nós também não. Será que os americanos podem? É bom comprometê-los com os custos antes de aprovarmos qualquer esquema."⁵¹

Muito da ajuda aos russos brancos foi malversada por ineficiência e corrupção. Funcionários sem importância, na retaguarda, ficavam com os uniformes enviados para os soldados; suas esposas e filhas usavam saias de enfermeiras inglesas. As viaturas e os carros-de-combate de Denikin enguiçavam no frio, enquanto o anticongelante era vendido nos bares. Embora os bolcheviques tenham pintado uma imagem do mundo capitalista, com seu poderio, unindo-se contra a revolução, a verdade é que a ajuda aliada fez muito pouco para evitar a derrota dos russos brancos.

A intervenção aliada na Rússia foi sempre estorvada pelos objetivos diferentes e pelas suspeitas mútuas. Os americanos eram, oficialmente, contra a intervenção, conquanto tivessem tropas na Sibéria, depois do término da guerra, para bloquear intentos japoneses. Se os franceses, antes de 1914,

contavam com uma Rússia forte para manter a Alemanha na linha, os ingleses estavam mais preocupados com a ameaça russa ao sul e à Índia. Em 1919, a França teria preferido uma Rússia Branca restaurada, mas a Inglaterra se contentaria com uma Rússia Vermelha enfraquecida. Curzon, que detestava tudo o que os bolcheviques representavam, deliciou-se com a perda do controle russo sobre o Cáucaso; os ingleses, disse ele a Churchill, teriam que cuidar para que Denikin, líder russo branco no sul, não botasse de novo a mão naquela área.⁵³ Os ingleses – e se tratava de um reflexo profundamente arraigado – tendiam a suspeitar dos motivos franceses. O governo francês, lamentava Lloyd George, era empurrado de forma insensata pela própria classe média, que perdera suas economias na Rússia. “O de que mais gostariam mesmo,” disse Lloyd George, “é de que nós tirássemos as castanhas do fogo para eles.”⁵⁴

Enquanto derrapavam intermitentemente com a intervenção na Rússia, os aliados exploravam também a linha da negociação, a preferência de Lloyd George. Em 21 de janeiro de 1919, ele e Wilson sugeriram um meio-termo ao Conselho Supremo. Como os franceses não queriam os bolcheviques em Paris, por que não encontrá-los, juntamente com outros representantes russos, em algum lugar mais próximo da Rússia? Enquanto os estadistas reunidos se recusassem a falar com os bolcheviques, acrescentou Wilson, o povo russo acreditaria na propaganda desses bolcheviques de que os aliados eram seus inimigos. Clemenceau, apoiado por Sonnino, contra-argumentou que o mero ato de falar com os bolcheviques lhes dava credibilidade. No entanto, o francês não estava disposto a romper com os aliados por causa disso e, relutantemente, cedeu. Sonnino resistiu. O que deveria ser feito, segundo ele, era reunir todos os russos brancos, fornecer-lhes soldados em número suficiente ou, pelo menos, as armas para que destruíssem o bolchevismo. Lloyd George fez uma pergunta prática. Com quantos soldados cada um dos aliados poderia entrar? Houve uma desconfortável pausa. Nenhum, foi a resposta.⁵⁵ Concordou-se em prosseguir com as negociações. Wilson logo pediu uma *typeurrier*. “Ficamos imaginando o surgimento de uma bela dactilógrafa americana,” recordava um jornalista inglês, mas apareceu um ser-vinte com a velha e combalida máquina de escrever de Wilson, e o presidente foi para um canto bater um convite.⁵⁶ Deixando a sala, Clemenceau rosou para um jornalista francês que esperava do lado de fora, “Desisto!”⁵⁷

O rascunho de Wilson, que falava do sincero e desinteressado desejo dos aliados em ajudar o povo russo, foi diligentemente remetido aos represen-

tantes das principais facções russas, convidando-os para um encontro nas ilhas Prinkipo – no Mar de Mármara, entre o Mar Negro e o Mediterrâneo. As ilhas eram o local de piqueniques dos moradores de Constantinopla. Tinha sido também usadas pelas autoridades turcas para juntar todos os cachorros vadios da cidade; durante semanas, latidos e grunhidos desesperados ecoaram sobre as águas dos estreitos.

Um convite foi transmitido para os bolcheviques pelo rádio de ondas curtas. Paris esperou por uma resposta. Era difícil imaginar-se qual seria. Os bolcheviques, na ocasião, já tinham criado o que seria seu conhecido padrão de rudeza e civilidade, a extrema hostilidade e a cooperação reticente. Lénin acreditava que a Revolução Russa incendiaria a Europa, depois, o mundo. Fronteiras, bandeiras, nacionalismo, simples instrumentos de um capitalismo condenado por manter separados os trabalhadores do mundo, seriam varridos. Seu primeiro comissário de assuntos estrangeiros, o grande revolucionário e teórico Leon Trotsky, achou seu novo cargo muito fácil: “Expedirei algumas proclamações revolucionárias aos povos do mundo, depois fecho a loja.”⁵⁸ (Num paralelismo inconsciente com o pleito de Wilson por uma diplomacia aberta, Trotsky divertiu-se remexendo os velhos arquivos czaristas e publicando, para considerável embaraço dos aliados, acordos secretos dos tempos de guerra, destrinchando, por exemplo, o Oriente Médio.) Para Lénin e Trotsky só havia a questão tática. Se a revolução mundial ocorresse logo, não havia necessidade de tratar com o inimigo. Se demorasse, entretanto, talvez fosse necessário jogar uma nação capitalista contra a outra. Em 1917, os bolcheviques acharam que a primeira alternativa era a verdadeira; por volta de 1919, mesmo Lénin convocando um congresso para fundar o quartel-general revolucionário mundial – a Internacional Comunista – eles estavam começando a ter dúvidas.

Sua política externa, que refletia essa ambivalência, só fez aumentar as suspeitas dos aliados. Em outubro de 1918, Giorgi Chicherin, um desgredado e obsessivo acadêmico que acabara de substituir Trotsky como comissário de assuntos estrangeiros, enviou uma nota sarcástica para Wilson, zombando de seus tão amados princípios. Os Quatorze Pontos preconizavam que a Rússia fosse deixada em paz para descobrir seu próprio destino; curioso, então, que Wilson tivesse enviado tropas para a Sibéria. Os americanos falavam em autodeterminação; estranho que não tivessem citado a Irlanda ou as Filipinas. Wilson prometia uma Liga das Nações para acabar com todas as guerras; seria uma espécie de piada? Todos sabiam que as

nações capitalistas eram responsáveis pelo fomento às guerras. Naquele exato momento, os Estados Unidos e seus parceiros de crime, Inglaterra e França, engendraram mais derramamento de sangue russo e mais extorsão de dinheiro russo. A única liga autêntica era a das massas.⁵⁹

Ainda assim, os bolcheviques também emitiam sons conciliadores. Maxim Litvinov, vice de Chicherin, foi mais polido e agradável. Morara em Londres vários anos, ganhando a vida como escrivão e casado com uma novelista, Ivy Low, das beiradas da turma de Bloomsbury. No Natal de 1918, enviou, de Estocolmo, um telegrama a Wilson, que falava de paz na Terra, de justiça e de humanidade. O povo russo, continuou Litvinov, compartilhava os grandes princípios do presidente. Ele tinha sido o primeiro a clamar por autodeterminação e por diplomacia aberta. Tudo que queria agora era paz para uma sociedade melhor. Ansiava por negociar, porém, a intervenção e o bloqueio dos aliados causavam terrível sofrimento. Os bolcheviques tinham sido obrigados a usar o terror para manter o país andando. Wilson poderia ajudá-los? O presidente impressionou-se, como também Lloyd George, ao ler o telegrama.⁶⁰ Um diplomata americano, William Buckler, foi enviado a falar com Litvinov. O relatório de Buckler, que Wilson levou ao Conselho Supremo, encorajava. O governo soviético, como agora se chamava, dispunha-se a fazer o necessário pela paz, fosse o pagamento de pelo menos parte da dívida externa repudiada ou a garantia de novas concessões a empresas estrangeiras. Abandonaria seus pleitos de revolução mundial; fora forçado a essa propaganda para se defender, primeiro da Alemanha, depois, dos aliados.⁶¹

Wilson e Lloyd George tinham, pois, razões para crer que os bolcheviques receberiam bem o convite para Prinkipo. Os dois estadistas escolheram seus delegados: um jornalista liberal e um clérigo exonerado das ordens, pelos Estados Unidos e, pela Inglaterra, um encantado Borden – “grande honra para o Canadá.” (Mal sabia ele que Lloyd George estava em dificuldade para indicar alguém.⁶²) Todos ficaram à espera. A resposta do governo soviético chegou em 4 de fevereiro. Os bolcheviques fizeram juízo errado do Ocidente, e não foi a última vez que isso iria acontecer. Com muita habilidade, mas transparentemente, evitaram aceitar um cessar-fogo, uma das condições do Conselho Supremo. Nem se deram ao trabalho de comentar o apelo a princípios elevados contido no convite. Claramente achando que os capitalistas só entendiam uma coisa, ofereceram concessões materiais, como matérias-primas e território. Afinal de contas, funcionara

assim com os alemães em Brest-Litovsk. Wilson se surpreendeu: “Essa resposta não é só imprópria, pode-se dizer que é insultuosa.” Lloyd George concordou. “Não estamos atrás do dinheiro deles, nem de suas concessões, nem de território.”⁶³

Ao mesmo tempo, os outros convidados, com apoio discreto dos franceses e de alguns amigos como Churchill, fincavam pé. A notícia sobre a proposta de Prinkipo atingiu profundamente os russos brancos. Em Paris, a comunidade no exílio organizou grande manifestação; bem mais longe, retratos de Wilson rapidamente sumiram dos logradouros de Archangel. Sazonov, ex-ministro do exterior, perguntou a um diplomata inglês como os aliados esperavam que ele se encontrasse com quem matou sua família.⁶⁴

Se os ingleses e americanos tivessem pressionado os russos brancos é provável que cedessem, mas nem Wilson nem Lloyd George estavam dispostos a isso. Prinkipo transformava-se num problema político para os dois. Viam a imprensa e alguns de seus próprios colegas cada vez mais críticos. Lloyd George, que dependia do apoio dos conservadores em seu governo de coalizão, já fora avisado por Bonar Law, líder *tory* e seu vice, que o governo no poderia cair em função daquele caso.⁶⁵ Em 8 de fevereiro, Clemenceau, revelando inusitado espírito comunicativo, disse a Poincaré que a reunião de Prinkipo enfrentava dificuldades. Wilson não dava sinais de querer ponderar à meia-aceitação dos bolcheviques.⁶⁶ Por segurança, Clemenceau implorou a Balfour que adiasse as discussões até o presidente seguir em sua rápida ida aos Estados Unidos.⁶⁷ Quando os russos brancos expediram a recusa, em 16 de fevereiro, Wilson navegava, Lloyd George estava de volta a Londres, lidando com uma ameaça de greve geral, e o encontro de Prinkipo já estava morto.

Isso deixou toda a questão russa mais vaga que nunca. Em Londres, Churchill exigia de Lloyd George uma decisão clara: intervisse em força, ou saísse da Rússia de vez. Lloyd George não queria fazer nenhuma das duas coisas; intervenção em força daria problemas à sua esquerda; retirada, problemas à direita. Então, como em outras oportunidades na Conferência, notadamente quanto às reparações alemãs, agiu indiretamente, testando o primeiro uma abordagem e depois a outra, sem se expor.

Disse a Churchill que qualquer decisão sobre a Rússia tinha que ser tomada em Paris, com a participação de Wilson. Churchill cruzou rapidamente o Canal, na manhã de 14 de fevereiro, dia em que Wilson deveria partir para os EUA. (Em suas memórias, Lloyd George expressa pio horror

pelo fato de Churchill ter, “astutamente,” escapulado a Paris por iniciativa própria.⁶⁸) Depois da febril viagem de carro até Paris – e de uma batida que estilhou seu pára-brisa – Churchill correu para o Conselho Supremo e entrou no exato momento em que Wilson se punha de pé. O presidente ouviu cortesmente Churchill sublinhar que a incerteza a respeito do que os aliados pretendiam fazer era muito ruim para suas tropas na Rússia e para os russos brancos. Na sua própria opinião, a retirada seria um desastre. “Essa política seria a remoção da chave-mestra da máquina. Não haveria mais resistência armada aos bolcheviques, e só restaria uma vista interminável de destruição e miséria para toda a Rússia.” Wilson, como Lloyd George devia saber, não se deixou levar. As tropas aliadas não estavam adiantando nada na Rússia, admitiu, mas a situação era confusa.⁶⁹

Churchill ainda ficou por uns dias em Paris tentando animar o Conselho Supremo a adotar pelo menos uma política clara; mas, com Wilson e Lloyd George ausentes, era difícil.⁷⁰ Lloyd George, que recebia relatórios diários do fiel Kerr, dirigia o assunto à distância. “Winston está em Paris,” disse alegremente a um amigo. “Quer fazer uma guerra contra os bolcheviques. Isso sim causaria uma revolução! Nosso povo não permitiria.”⁷¹ Enviou a Churchill sinais duplos: de um lado, insinuava que a Inglaterra poderia suprir de armas e de voluntários os russos brancos, mas, noutro telegrama, alertava-o para não planejar ação militar contra os bolcheviques. O Gabinete de Guerra, ponderava Lloyd George, achava a presença de soldados aliados na Rússia um erro. Ele concordava: “Não apenas não é de nossa alçada interferir em suas questões internas, como a interferência é pernicioso: só fortaleceria e consolidaria o ponto de vista bolchevique.”⁷² Lloyd George fez com que Kerr desse cópias de sua mensagem a outros membros da delegação do Império Britânico, bem como para House.⁷³ Do meio do Atlântico, Wilson enviou seu alerta: “Muito surpreso com sugestão russa de Churchill,” telegrafou, “seria fatal sermos aspirados ainda mais para dentro do caos russo.”⁷⁴ Não precisava se preocupar. Em 19 de fevereiro, dia marcado para o recomeço das discussões sobre a Rússia no Conselho Supremo, Clemenceau foi ferido numa tentativa de assassinato, e qualquer decisão ficou adiada indefinidamente. As tropas aliadas permaneceram em solo russo, mas não foi nenhuma grande cruzada.

Talvez, Wilson gostava de frisar, os *peacemakers* precisassem de mais formação. Diversos americanos mais moços, inclusive o jornalista radical Steffens, que ansiava ver com os próprios olhos como a revolução estava se

passando, e William Bullitt, um jovem especialista em Rússia da delegação americana, conhecido por se opor à intervenção, já propunham uma missão de investigação. Lloyd George concordou que podia ser uma boa idéia, quando mais não fosse, um modo de postergar uma decisão complicada.⁷⁵

Dia 17 de fevereiro, House comunicou a Bullitt que ele deveria chefiar uma pequena missão secreta para sondar os líderes bolcheviques sobre a espécie de condições que aceitariam para fazer a paz com os aliados. Bullitt tomou-se de entusiasmo. Seu trabalho em Paris vinha sendo pura rotina; agora, achou, ia para o centro do palco. Produto do mundo insular e privilegiado das classes altas da Filadélfia, Bullitt tinha enorme confiança em si mesmo e no seu julgamento. Era um prodígio, ou assim pensava a mãe que o idolatrava, passara flando pela Universidade de Yale. Sua turma o achava brilhante, embora alguns vissem algo de frio e calculista na maneira como usava e descartava pessoas.⁷⁶ Admirava tremendamente Wilson e seus princípios, contudo, tinha dúvidas se o presidente seria o homem indicado para defendê-los.⁷⁷

House e Kerr fizeram uma lista do que a missão deveria debater. “Bullitt ia apenas colher informações,” garantiu House a outros delegados americanos. Mas não esclareceu bem isso ao próprio Bullitt, o qual sustentou até o fim, mesmo quando sua expedição soçobrou em mágoas, que tinha mandado tanto de House, em nome de Wilson, quanto de Lloyd George para negociar condições de paz com os bolcheviques. Steffens, que fez parte da missão, anuiu: “As instruções de Bullitt eram negociar um acordo preliminar com os russos, para a Inglaterra e os EUA poderem persuadir a França a juntar-se-lhes no convite para um encontro com chances de resultado.”⁷⁸ Steffens – não pela primeira vez – estava errado. House e Lloyd George não tinham desistido de algum acordo, mas não queriam alienar nem a França, nem suas próprias opiniões internas, se os bolcheviques resultassem recalci-trantes. Uma pequena missão, chefiada por um jovem de 28 anos de idade, poderia trazer boas notícias. E era descartável, se não trouxesse.⁷⁹

Bullitt e Steffens passaram uma esplêndida semana em Moscou: como- dos num palácio confiscado, baldes de caviar, noites de ópera no velho camarote do czar e, de dia, discussões com os próprios Lênin e Chicherin. Os bolcheviques, achava Steffens, livravam-se das causas da pobreza, da corrupção, da tirania e da guerra. “Não querem democracia política, liberdade jurídica, paz negociada – não já. No momento, criam apenas as bases para essas coisas boas.” Bullitt concordou que uma grande obra começara

na Rússia. Os dois jovens ficaram vivamente impressionados com Lênin. Era "franco e direto," disse Bullitt, "mas agradável, sereno e de muito senso de humor." Steffens perguntou pelo terror contra os oponentes dos bolcheviques e ficou tocado quando Lênin expressou seu pesar; era, achou Steffens "um liberal por instinto."⁸⁰

No fim da semana, Bullitt imaginou que tivesse obtido um acordo. Haveria um cessar-fogo e, depois, concessões de ambos os lados. Os aliados retirariam suas tropas, mas os bolcheviques não pediriam a extinção dos vários governos brancos na Rússia. (Como os termos previam o término da ajuda aliada aos brancos, os bolcheviques podiam ser generosos.) Dificilmente os bolcheviques estariam de boa fé; Lênin tinha mostrado com os alemães, em Brest-Litovsk, que fazia concessões para ganhar tempo. Bullitt e Steffens eram "idiotas úteis," sua missão valia, pelo menos, em termos de propaganda.

De volta a Paris, Bullitt, orgulhosamente, apresentou seu acordo; Steffens, sua visão rósea do futuro. House, como sempre, foi encorajador, mas outros membros da delegação americana mostraram dúvidas. Wilson, já de volta a Paris, negociava duro o tratado alemão, e não teve tempo para Bullitt. Lloyd George, que o recebeu no café da manhã de 28 de março, estava, de fato, temeroso a respeito. A tomada do poder na Hungria, na semana anterior, por Béla Kun, reacendera o receio da expansão do bolchevismo para o oeste. Notícias tinham vazado em relação à missão de Bullitt; rumores circulavam de que os Estados Unidos e a Inglaterra estavam prestes a reconhecer o governo soviético. A bancada conservadora sobre a qual se apoiava o governo de Lloyd George observava-o com olhar de gavião; igualmente faziam os jornais de Northcliffe. O matutino *Daily Mail* saiu com um editorial de Henry Wickham Steed, novo editor do co-irmão *The Times*, que odiava Lloyd George tanto quanto Northcliffe. A "trama" de Prinkipo estava de volta graças a maquinacões de financistas judeus internacionais e, possivelmente, interesses alemães. Lloyd George passou o jornal por cima da mesa do café da manhã para Bullitt. "Enquanto a imprensa inglesa estiver fazendo esse tipo de coisa, como você pode esperar que eu seja sensato sobre a Rússia?"⁸¹

Nas semanas seguintes, a pressão sobre Lloyd George cresceu. Em 10 de abril, mais de 200 membros conservadores do parlamento assinaram um telegrama instando o primeiro-ministro a não reconhecer o governo soviético. Lloyd George, sob ataque também por causa dos termos de paz com a

Alemanha, sabia a hora de se retirar de uma posição perdedora. Quando enfrentou a câmara dos comuns, em 16 de abril, disse com firmeza que o reconhecimento jamais fora debatido em Paris e estava fora de cogitação. Especificamente perguntado pela missão de Bullitt, disse despreocupadamente: "Correu a notícia de que certo jovem americano tinha voltado de lá." Não sabia se o rapaz trouxera alguns relatórios úteis.⁸²

Bullitt ficou arrasado. Ninguém em Paris queria ouvir o que tinha a dizer sobre sua missão, nem o presidente que tanto admirava. Sua desilusão com Wilson chegou ao auge em maio, quando os termos do tratado alemão foram apresentados. Enviou uma raivosa e sentida carta de demissão e partiu rumo à Riviera, "para deitar na areia e ver o mundo ir para o inferno." No outono, retornou aos Estados Unidos e ajudou a selar a sorte de Wilson e do Tratado de Versalhes, ao testemunhar perante o senado, afirmando que ele e muitos outros da delegação americana desaprovavam muitas cláusulas do tratado. Conseguiu também que seu relatório sobre a missão na Rússia ficasse registrado nos anais do senado. Em 1934, retornou a Moscou como primeiro embaixador dos EUA na União Soviética. Já então, a experiência o tinha transformado em fervoroso anticomunista.⁸³

Os franceses continuaram resmungando sobre intervenção, mas faleciam-lhes condições para irem além do *cordon sanitaire*. Lloyd George e Wilson recusaram de contatos adicionais com o governo soviético, embora continuassem com esperança em alguma miraculosa transformação dos bolcheviques em bons democratas. Os dois chegaram até a especular sobre a ideia de usar embarques de alimentos para acalmar os bolcheviques, um esquema que Hoover, o chefe da administração aliada de amparo, encorajava. A opinião de Hoover sobre os bolcheviques era parecida com a de Wilson: eram a resposta compreensível a condições pavorosas. No entanto, eram perigosos, e sua propaganda atraente, mesmo para sociedades fortes como a americana. Os aliados deveriam fazer saber aos bolcheviques, indiretamente, que, se parassem de tentar alastrar sua revolução, a Rússia receberia ajuda substancial. Com tempo e comida, o povo russo se afastaria das idéias radicais. Para não estimular qualquer sinal de reconhecimento aliado e evitar objeções dos franceses, Hoover propôs que se utilizasse uma figura proeminente, de país neutro, para gerir toda a operação.⁸⁴

O fato é que ele já tinha alguém em vista, "um homem fino, de caráter austero e de grande coragem física e moral" – Fridtjof Nansen, o famoso explorador norueguês do Ártico, que por acaso estava em Paris, com a vaga

déia de fazer alguma coisa pela Liga das Nações. Em meados de abril, o Conselho dos Quatro, no qual tinha se transformado o Conselho Supremo, aprovou o plano de Hoover.⁸⁵ Um grupo de países neutros, inclusive a própria Noruega de Nansen, se encarregaria de coletar alimentos e remédios para a Rússia, que seriam entregues caso os bolcheviques fizessem um cessar-fogo com seus inimigos. Nansen tentou mandar um telegrama para Lênin contando as boas novas, porém, nem os franceses, que viam o esquecimento como uma trama inglesa, americana e talvez até de interesses alemães, conseguiram concessões na Rússia, nem os ingleses, já fartos de qualquer coisa que parecesse reconhecimento dos bolcheviques, o enviariam. O telegrama finalmente saiu por Berlim.

A resposta soviética, preparada por Chicherin e Litvinov, chegou via rádio e via cabo em 15 de maio. “Sejam extremamente polidos com Nansen extremamente insolentes com Wilson, Lloyd George e Clemenceau,” insinuou Lênin. Quanto ao esquema em si, “usem-no para propaganda, pois, aramante, não serve para qualquer outro propósito.” Seus camaradas seguiram à risca o conselho, misturando ferroadas aos aliados com uma recategorização à consideração do cessar-fogo, a menos que houvesse uma referência formal de paz. Em Paris, os promotores da paz balançaram fortemente a cabeça e abandonaram qualquer debate adicional sobre assistência humanitária. O episódio mostrou, mais uma vez, a falência da política aliada em relação à Rússia.⁸⁶

Houve um último laivo de esperança, em 1919, de que os russos pudessem resolver seu dilema. Justo antes que o degelo da primavera transformasse as estradas russas em lama, os russos brancos conseguiram ordenar um ataque sobre os bolcheviques. De sua base na Sibéria Oriental, Kolchak investiu em ampla frente. Uma força avançou para o norte até Changel e conseguiu a junção com o pequeno destacamento de guarda-nhada de uma força sitiada de ingleses e russos brancos. Outra avançou a oeste em direção aos Urais. Uma terceira força ligou-se, no sul, com os exércitos de Denikin. Em meados de abril, Kolchak e seus aliados tinham purrado os bolcheviques para fora de uma área de 300.000 quilômetros quadrados. Mas esse foi o ponto mais alto de sua boa sorte.

Os bolcheviques possuíam duas vantagens cruciais: unidade e localização. Controlavam o centro da Rússia, enquanto seus heterogêneos oponentes estavam amplamente dispersos pela periferia. Os comandantes russos, cheios de suspeitas mútuas e separados entre si por quilômetros e

quilômetros de território, com frequência, hostil, quase nunca tinham qualquer idéia do que cada um estava fazendo. Os bolcheviques contavam com quase o triplo dos recursos humanos e com a maioria das fábricas russas de material bélico.⁸⁷

Em 23 de maio de 1919, os aliados decidiram reconhecer parcialmente o governo de Kolchak. “O momento escolhido,” escreveu Churchill mais tarde, “foi quase exatamente aquele em que uma tal declaração podia ser considerada tardia.”⁸⁸ Um despacho exigindo garantias de que instituições democráticas seriam criadas fez um tortuoso caminho para a Sibéria e, no momento devido, uma resposta parcialmente truncada foi recebida, na qual parecia entendido que as garantias eram dadas.⁸⁹ O que também chegou pouco depois da Rússia foram notícias de derrotas. No final de junho, os exércitos vermelhos tinham penetrado no centro do dispositivo de Kolchak, e os brancos recuavam centenas de quilômetros.

Naquele momento, porém, a Conferência de Paz chegava ao fim, e os alemães preparavam-se para assinar o Tratado de Versalhes. Não havia tempo para fazer mais nada pela Rússia. Uma breve cláusula foi introduzida estipulando que quaisquer tratados celebrados no futuro entre os aliados e a Rússia, ou qualquer parte dela, seriam normalmente reconhecidos. Outra cláusula deixou aberta a possibilidade de a Rússia vir a solicitar reparações. No restante, a política para a Rússia permaneceu confusa como viera sendo o tempo todo. O bloqueio contra os bolcheviques permaneceu em vigor, mas o apoio aos russos brancos foi diminuindo aos poucos. A Inglaterra e a França abandonaram Kolchak como causa perdida. (O almirante colocou-se sob a proteção da Legião Tcheca, ainda na Sibéria Oriental; os tchecos o entregaram aos bolcheviques, e ele foi fuzilado em fevereiro de 1920.) Por volta de outubro de 1919, Denikin estava em plena retirada no sul. Em janeiro de 1921, muito incentivados pela Inglaterra, os aliados europeus concordaram em terminar a intervenção e abandonar o bloqueio. Em março de 1921, a Inglaterra assinou um acordo de comércio com o governo soviético; até mesmo os empresários conservadores, que temiam desperdiçar alguma oportunidade na Rússia, apoiaram. Em 1924, a Inglaterra e a União Soviética estabeleceram relações diplomáticas completas. A França acompanhou relutante.

Vistos com os olhos de hoje, Churchill e Foch estavam certos quanto aos bolcheviques, e Lloyd George e Wilson errados. O partido governante na Rússia não se transformou na social democracia sueca. Lênin tinha esta-

belecido um sistema de poder terrível e irrestrito que permitiu a Stalin dar livre curso às suas fantasias paranóides. As populações russas, e muitas outras, pagaram um preço terrível pela vitória bolchevique na guerra civil, enquanto, em Paris, os *peacemakers* foram levados à percepção dos limites de seus próprios poderes.

EM 25 DE JANEIRO, A Conferência de Paz aprovou formalmente a organização de um comitê sobre a Liga das Nações. Alguns jovens integrantes da delegação americana acharam que daria um excelente e inspirado filme de época. Mostraria, segundo eles, a velha diplomacia em pleno trabalho diabólico. Mapas animados ilustrariam como as sementes da guerra tinham sido lançadas no passado: alianças secretas, guerras injustas, conferências onde as velhas e egoístas potências europeias traçavam linhas arbitrárias nos mapas. A Conferência de Paz e a Liga das Nações, fulgurantes, fariam o “audaz contraste.” A rapaziada estava segura de que o filme também daria muito lucro.¹

É difícil hoje imaginar que tal projeto pôde ser levado a sério. Apenas um punhado de historiadores excêntricos ainda se dão o trabalho de estudar a Liga das Nações. Seus arquivos, com riqueza de materiais, quase não são consultados. A pura citação de seu nome evoca imagens de zelosos burocratas, defensores liberais confusos, resoluções inúteis, missões investigadoras improdutivas e, sobretudo, fracassos: Manchúria em 1931, Etiópia em 1935 e, o pior de todos, o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, apenas vinte anos depois do fim da primeira. Os dinâmicos líderes dos anos entreguerras – Mussolini, Hitler, os militaristas japoneses – zombaram da Liga e acabaram dando-lhe as costas. Os maiores apoios da Liga – Inglaterra, França e democracias menores – foram tíbios e frouxos. A União Soviética só se associou porque Stalin não pôde, na ocasião, pensar em coisa melhor. Os Estados Unidos jamais se associaram. Tal foi a pecha de fracasso que, quando as potências pensaram na possibilidade de uma associação permanente de nações, durante a Segunda Guerra Mundial, decidiram criar uma ONU totalmente nova. A Liga foi declarada oficialmente morta em 1946. Já perdera por completo a importância em 1939.

Na sua última assembléia, Lord Robert Cecil, que lá estivera desde a criação, perguntou: “Será mesmo que todo esse nosso esforço de vinte anos foi jogado fora?” Ele mesmo respondeu com bravura: “Pela primeira vez

erigiu-se um organismo, na essência, internacional, não para proteger interesses nacionais deste ou daquele país ... mas para abolir a guerra." A Liga fora, concluiu, "uma grande experiência." Concretizara os sonhos e as esperanças daqueles que, através dos séculos, tinham trabalhado pela paz. Deixara como legado a generalizada aceitação da idéia de que as nações do mundo podiam e deviam trabalhar juntas para a segurança coletiva de todas. "Morreu a Liga das Nações. Vivam as Nações Unidas!"²

Cecil tinha razão. A Liga foi algo muito importante: tanto o reconhecimento das mudanças havidas nas relações internacionais, como uma aposta no futuro. Como a máquina a vapor modificara o modo de se mover na superfície do planeta, e o nacionalismo e a democracia criaram uma relação diferente entre cada povo e seu governo, também a maneira como os estados se comportavam uns com os outros experimentara uma transformação no século antes de a Conferência de Paz se reunir. É claro que o poder ainda contava, claro também que os governos ainda cuidavam de seus países, mas o que isso significava tinha mudado. Se o século XVIII fizera e desfizera alianças, começara terminara guerras por vantagens dinásticas ou até questões de honra, sendo perfeitamente aceitável tomar pedaços de território sem levar em consideração seus habitantes, o século XIX andou para um ponto diferente. A guerra passou a ser vista, cada vez mais, como uma aberração, e uma aberração muito cara. No século XVIII, o lucro de um era a perda de outro, e o balanço ficava zerado. Agora, a guerra era um custo para todos os beligerantes, como a Grande Guerra provou. Os interesses nacionais melhor se atendiam pela paz, que expandia o comércio e a indústria. A própria nação era coisa diferente, não mais o monarca ou uma pequena elite, mas cada vez mais constituída pelo próprio povo.

Na diplomacia, as formas permaneciam as mesmas: diplomatas apresentavam credenciais, tratados eram assinados e selados. As regras, no entanto, tinham mudado. No jogo das nações, não mais era de bom tom, nem aceitável, por exemplo, uma nação tomar território cheio de gente de outra nacionalidade. (As colônias não contavam, porque os povos eram considerados em estágio político inferior ao dos europeus.) Quando Bismarck criou a Alemanha, fez uma unidade germânica e não uma conquista da Prússia. Quando sua criação tomou a Alsácia-Lorena da França, em 1871, o governo alemão não mediu esforços para persuadir o mundo e a si mesmo de que não se tratava de anacrônico espólio de guerra fora de moda, mas que o povo daquelas províncias era realmente alemão de coração.

Outro fator entrara também na equação – a opinião pública. A irradiação da democracia, o crescimento do nacionalismo, as redes de ferrovias e de telégrafos, os atarefados jornalistas e as enormes rotativas despejando jornais de circulação de massa, tudo isso concorreu para o surgimento de uma criatura de que os governos não gostavam muito, à qual, porém, não ousavam ignorar. Em Paris, supunha-se que as negociações seriam efetuadas sob escrutínio público.

Para os idealistas, isso era algo bom. Os povos levariam para as relações internacionais um bom senso muito necessário. Não mais queriam guerras ou dispendiosas corridas armamentistas. (Essa fé não fora abalada pelo fato de muitos europeus mostrarem entusiasmo por guerra nas décadas antes de 1914 e acabarem mesmo apaixonados em 1914.) E havia muitos idealistas na Europa, aliás, pelo mundo todo. A prosperidade e o progresso do século XIX encorajaram a crer que o mundo se tornava mais civilizado. A classe média em crescimento forneceu o eleitorado natural a um movimento pela paz que pregava as virtudes da arbitragem compulsória das disputas, cortes internacionais, desarmamento e, talvez, até juras de abstenção da violência como método para evitar as guerras. Os oponentes da guerra tomaram como modelo suas próprias sociedades, especialmente as da Europa Ocidental, em que os governos respondiam mais aos desejos de seus cidadãos, onde as forças policiais tinham substituído as guardas particulares e onde o império da lei era amplamente aceito. Seria possível uma sociedade similar de nações, a garantir segurança coletiva aos seus membros?

Em Paris, Wilson insistiu em presidir o comitê para a Liga porque, para ele, a organização internacional era a peça central dos acordos de paz. Se a pudessem criar, tudo, cedo ou tarde, entraria nos eixos. Se os termos da paz fossem imperfeitos, haveria tempo suficiente, mais tarde, para a Liga corrigi-los. Havia que traçar muitas fronteiras novas; se houvesse enganos, a Liga faria os necessários ajustes. As colônias alemãs seriam tomadas; a Liga garantiria que fossem bem governadas. O império otomano morreu; a Liga seria inventariante e tutora dos povos ainda incapazes de gerir seus próprios destinos. E, para as gerações futuras, a Liga supervisionaria a prosperidade e a paz gerais, apoiando os fracos, admoestando os infratores e, quando necessário, punindo os recalcitrantes. Era um voto que a humanidade fazia a si mesma – um pacto, um *covenant*.

A imagem que se pinta de Wilson na travessia do Atlântico, levando o presente da Liga das Nações do novo mundo para o velho, pode ser atraen-

te, porém, que pena, é falsa. Muitos europeus havia muito queriam um modo melhor de ter relações internacionais. A guerra de que acabavam de sobreviver só fazia sentido se desse um mundo melhor e fim às guerras. Foi o que seus governos prometeram nos dias sombrios, e isso os sustentara. Em 1919, os europeus recordavam aqueles dias catastróficos, o derramamento de sangue, a ver que a sociedade européia tivera perdas terríveis, talvez fatais, e a Liga era para muitos, e não só liberais e esquerdistas, como sua última chance. Harold Nicolson falou por muitos de sua geração quando disse: "Partíamos para Paris não só para dar fim à guerra, mas para buscar uma nova ordem para a Europa. Não preparávamos a Paz e sim a Paz Eterna. Pairava no ar o halo de uma missão divina. Teríamos que permanecer alertas e nos manter rigorosos, corretos, ascéticos. Porque estávamos por fazer coisas grandes, permanentes, nobres."⁴

Lloyd George apoiou a insistência de Wilson para que a Liga fosse a primeira tarefa da Conferência de Paz, não apenas pelo desejo cínico de manter os americanos felizes. Afinal, era um liberal, líder de um partido com história de forte oposição à guerra. Político consumado, também conhecia o público inglês. "Ele vê com absoluto horror," disse aos colegas, no Natal de 1918, "a continuação de um estado de coisas que possa degenerar de novo numa tragédia." Seria um desastre político voltar da Conferência sem uma Liga das Nações.⁵ Mas a Liga jamais o sensibilizou muito, talvez por duvidar que pudesse ser eficaz. Era raro referir-se a ela em seus discursos, e nunca esteve na sede da organização enquanto foi primeiro-ministro.

Na França, onde as lembranças da recente agressão alemã e a apreensão pelo futuro estavam dolorosamente vivas, o pessimismo era grande sobre a cooperação internacional para dar um fim às guerras. Por outro lado, havia desejo, especialmente entre os liberais e a esquerda, de experimentar a Liga.⁷ Clemenceau teria preferido tratar primeiro da paz com os alemães, mas estava decidido a não deixar dizerem que a França bloqueara a Liga.⁸ Ele mesmo foi um pouco ambivalente, não, como às vezes se diz, hostil. Sua declaração ficou famosa, "Gosto da Liga, mas não acredito nela."⁹

A opinião pública deu apoio generalizado à Liga, porém não orientou seu formato. Devia ser guarda ou clérigo? Usar a força ou a persuasão moral? Os franceses, por razões óbvias, se inclinavam por uma Liga com poder de barrar o agressor pela força. Os advogados, em particular no mundo de língua inglesa, punham fé nas leis e tribunais internacionais. Para os pacifistas, havia outro remédio para a violência internacional: o desarmamento

geral e uma promessa de todos os membros da Liga de se absterem de guerrear. E como seria a Liga? Uma espécie de superestado? Um clube de chefes de estado? Uma conferência convocada quando houvesse uma emergência? Qualquer que fosse sua forma, haveria exigências para a filiação, regras, procedimentos e alguma espécie de secretariado.

O homem que pusera a Liga no âmago do programa de paz dos aliados, manteve enigmático silêncio sobre tais detalhes durante a guerra. Wilson só dizia generalidades, se bem que inspiradoras. Sua Liga teria poder porque representaria a opinião organizada da humanidade. Seus membros garantiriam, disse ele em seus Quatorze Pontos, a independência e as fronteiras uns dos outros; ela poderia usar da força para protegê-las, mas, provavelmente, não seria necessário. A guerra tinha mostrado que a gente comum ansiava por uma organização desse tipo; por isso haviam lutado. "Os conselhos dos homens comuns de todos os lados," disse perante grande platéia na Metropolitan Opera House de Nova York, pouco antes de a guerra terminar, "foram mais simples, diretos e unificados que os conselhos de homens sofisticados experientes nessas questões, que ainda guardam a impressão de jogar um jogo de poder com apostas altas."¹⁰

Wilson julgava um erro descer a detalhes durante a guerra. Só causaria dissensão entre os aliados e poderia dar aos países inimigos a impressão de a Liga ser dirigida contra eles.¹¹ Para o presidente, a idéia era tão eminentemente racional, sua necessidade tão amplamente aceita, que ela se desenvolveria sozinha num saudável organismo. Mesmo em Paris, quando se rasculhava o *covenant* da Liga, Wilson objetou ao excesso de detalhes. "Cavalheiros," disse aos colegas do comitê da Liga, "não tenho dúvida de que a próxima geração será de homens inteligentes como os senhores e eu, e de que podemos confiar à Liga a gerência de seus próprios problemas."¹²

A atitude casual do presidente alarmou até seus adeptos. Felizmente, talvez, diversos planos detalhados circulavam no comitê. A duração da guerra provocou muita discussão sobre os modos de evitar conflitos. Nos EUA, a Liga para Forçar a Paz juntou democratas e republicanos. Na Inglaterra, uma Sociedade pela Liga das Nações aglutinou respeitável filiação liberal de classe média. À esquerda, os fabianos patrocinaram um estudo em profundidade de Leonard Woolf. No começo de 1918, os governos francês e inglês acharam melhor meter mãos à obra já que, graças a Wilson, uma Liga das Nações passara a ser objetivo de guerra explícito dos aliados. Na França, um comitê liderado pelo preeminente estadista liberal Léon

Bourgeois fez um esquema detalhado de uma organização internacional com seu próprio exército. Na Inglaterra, um comitê especial sob a direção de grande advogado, Sir Walter Phillimore, fez recomendações com muitas idéias de antes da guerra como, por exemplo, arbitragem compulsória das disputas. A abordagem era cautelosa, rejeitando idéias utópicas, como a federação mundial e a sugestão prática de que a Liga fosse mera continuação da aliança da guerra.¹³ Quando o governo inglês lhe enviou cópia do relatório de Phillimore, Wilson, sem ajudar muito, achou-o ruim e declarou trabalhar num esquema próprio, a revelar oportunamente. Seus princípios, disse aos ingleses, eram dois: "Devia haver uma Liga das Nações, e precisava ser viril, uma realidade, não uma liga de papel."¹⁴ A guerra terminou sem que se tivesse de Washington palavra mais definida que esta.

Foi nesse ponto que um dos luminares do Império Britânico decidiu tentar, pela primeira vez, formular um esquema. Alto, esguio, olhos azuis perscrutantes, o general Smuts, ministro sul-africano do exterior, não impressionava muito à primeira vista. (Em Londres, a secretária de Borden pensou que ele vinha consertar a luz elétrica e, polidamente, pediu que aguardasse do lado de fora.¹⁵) Mas possuía precisamente as qualidades pessoais que atraíam Wilson, muito parecidas com as do presidente: gosto pelo trato das grandes questões, profunda convicção religiosa e ética, e a vontade de fazer do mundo um lugar melhor. Ambos cresceram em famílias estáveis e felizes de cidades pequenas; Wilson, claro, no sul dos EUA, Smuts, na comunidade bôer de fazendeiros do Cabo. Tinham boas lembranças dos criados negros (embora duvidassem que os negros um dia se igualariam aos brancos) e más recordações da Guerra Civil, no caso de Wilson, e da Guerra dos Bôers, no de Smuts. Eram sóbrios e superficialmente contidos, porém, no íntimo, passionais e sensíveis. Ambos combinavam enorme retidão moral com ambição imensa. Ambos notavam logo as incoerências alheias, e permaneciam cegos às suas próprias.¹⁶

Smuts deslizou tranquilamente através do ginásio e da Universidade de Stellenbosch e, como tantos jovens brilhantes das colônias, partiu para a Inglaterra. Em Cambridge, foi muito bem, colecionando prêmios e dois primeiros lugares em direito. Em Londres, enquanto se preparava para a profissão de advogado, jamais, até onde se sabe, assistiu a uma peça teatral, foi a concertos ou galerias de arte. Nas poucas horas de folga, lia poesia: Shelley, Shakespeare, mas, sobretudo, Walt Whitman, com o qual partilhava o amor pela natureza. Se Wilson inspirava as platéias com sua prosa

sobria, e Lloyd George excitava as suas com eloquentes discursos, Smuts, melhor que qualquer dos outros estadistas da paz, era capaz de gorjear para a platéia.¹⁷ Ele dera conselhos sobre as grandes questões da guerra; nada mais natural que aconselhasse também sobre a paz.

Smuts saudara com entusiasmo o surgimento de Wilson na cena mundial. "É seu idealismo moral e sua visão de um mundo melhor que nos sustentam na noite escura desta guerra," disse a jornalistas americanos. O mundo estava despedaçado, mas havia à frente uma oportunidade gigantesca. "Cabe-nos agir por objetivos melhores para esse mundo, planejar sua reorganização internacional nas linhas da liberdade e da justiça universais e restabelecer entre as classes e as nações a boa vontade que é o único alicerce de um sistema internacional duradouro." Palavras e exortações saíam aos borbotões. "Não subestimemos a oportunidade," clamava para um mundo cansado. "A era dos milagres jamais acabou." Talvez fosse chegada a hora de dar um fim definitivo às guerras.¹⁸

Smuts também disse, em tom um pouco mais baixo, que a Liga das Nações poderia ser útil ao Império Britânico. Em dezembro de 1918, ele preparou um de seus brilhantes panoramas do mundo para os colegas ingleses. Com o fim da Áustria-Hungria, a Rússia no tumulto e a Alemanha derrotada, restavam apenas três potências importantes no mundo: o Império Britânico, os EUA e a França. Os franceses eram inconfiáveis; competiam com os ingleses na África e no Oriente Médio. (Os franceses devolveram a antipatia de Smuts, em especial quando ele, sem querer, deixou para trás alguns de seus papéis confidenciais, numa reunião em Paris.)¹⁹ Fazia muito sentido, na opinião de Smuts, os ingleses buscarem a amizade e a cooperação dos EUA. "Idioma, ideais e interesses iguais balizavam o caminho comum. A melhor maneira de os americanos verem isso era o apoio à Liga das Nações. Wilson, sabia-se, considerava a Liga sua tarefa máxima; tendo o apoio inglês, provavelmente abandonaria as questões incômodas como, por exemplo, sua insistência na liberdade dos mares."²⁰

Smuts propôs-se a dar forma ao que considerou as "idéias nebulosas" de Wilson. Trabalhando rapidamente, escreveu o que chamou modestamente de "Sugestão Prática." Figuravam na proposta uma assembléia geral de todas as nações-membros, um conselho executivo menor, uma secretaria permanente, procedimentos para resolver disputas internacionais, mandatos para os povos ainda sem condições de autogoverno, coisas que, mais tarde, entrariam no *covenant* da Liga. Contudo, havia muito mais: os horrores da

guerra recente, a Europa esfálclada, a gente comum apegada à esperança de um mundo melhor, e a grande oportunidade que se postava à frente dos estadistas. "As próprias fundações foram abaladas, e as coisas estão de novo fluidas. As tendas foram fechadas e a grande caravana da humanidade está de novo em marcha."²¹ Orgulhosamente, Smuts escreveu a um amigo, "meu documento impressionou bastante os altos escalões. Vi nas minutas do Gabinete que o primeiro-ministro o considerou 'um dos mais hábeis documentos de estado que jamais havia lido.'" Foi imediatamente publicado como panfleto.²²

Documento, comentou um especialista americano em leis, "lindamente escrito," mas bastante vago em certos aspectos. Smuts evitava cuidadosamente, por exemplo, discutir mandatos para as ex-colônias alemãs na África.²³ (Isso foi deliberado e ele estava convencido de que seu próprio país deveria insistir em ficar com a África do Sudoeste alemã.) Wilson, a quem Lloyd George deu uma cópia, gostou, ainda mais porque Smuts instava para que a Liga fosse a primeira matéria apreciada pela Conferência de Paz. De volta a Paris no começo de 1919, depois do roteiro pela Europa, o presidente resolveu dedicar-se à tarefa que adia havia muito tempo – a de colocar suas idéias no papel. O resultado, que mostrou aos ingleses em 19 de janeiro, apropriou-se de muitas idéias de Smuts. O sul-africano não se importou; disse a um amigo: "Dá uma satisfação especial saber que sua vontade encontra mansamente a corrente da Grande Vontade, de modo que, no fim, Deus fará aquilo que você, ineicientemente, quis fazer."²⁴ Wilson achou Smuts *a brick*, um bom sujeito.²⁵

Wilson também veio a gostar de Cecil, o outro especialista inglês em Liga. Magro, austero e reservado, Cecil parecia um monge. Quando raramente sorria, no dizer de Clemenceau, parecia "um dragão chinês."²⁶ Era devoto anglicano por convicção, advogado por formação, político por fissão e aristocrata inglês por nascimento. Sua família – os Cecils – servia ao país desde o século XVI. Balfour era primo, e seu pai foi o grande Lord Salisbury, primeiro-ministro conservador durante grande parte dos anos 1880 e 1890. O jovem Robert conheceu Disraeli e Gladstone, visitava o Castelo de Windsor e participou de um encontro com o príncipe herdeiro da Prússia. Sua criação, a um só tempo privilegiada e rígida, forjou nele um forte senso do certo e do errado e também considerável senso de dever público.²⁷ Quando a guerra irrompeu, tinha cinquenta anos de idade, muito

idoso para combater, mas se apresentou voluntário à Cruz Vermelha, na França. Por volta de 1916, dirigia o bloqueio da Alemanha.

Aquela altura, convencera-se firmemente de que o mundo tinha que criar uma organização para evitar a guerra e, pois, acolheu entusiasticamente os pronunciamentos de Wilson. Seu primeiro encontro com o presidente, em dezembro de 1918, foi um desapontamento. Os dois só conseguiram trocar umas poucas observações numa grande recepção.²⁸ Quando, finalmente, tiveram uma conversa adequada, em Paris, em 19 de janeiro, Cecil achou que as idéias de Wilson sobre a Liga eram, em grande parte, tiradas das inglesas. O próprio Wilson, registrou o inglês em seu diário, "um insignificante, agressivo, a ser tratado com firmeza, se bem que com a maior cortesia e o maior respeito – combinação difícil."²⁹ Wilson designou David Hunter Miller para juntar-se a Cecil e buscarem uma proposta comum, sinal de crescente cooperação entre americanos e ingleses.

Em 25 de janeiro, quando a Conferência de Paz criou o comitê para a Liga das Nações, o salão respirava nobres sentimentos. O ambiente solene foi de certo modo perturbado quando os representantes das nações menores, impacientes com seu papel em Paris, reclamaram que o comitê constava apenas de dois representantes de cada um dos Cinco Grandes – Império Britânico, França, Itália, Japão e EUA. Eles também tinham sofrido, disse o primeiro-ministro da Bélgica, Clemenceau, presidindo a sessão, não estava disposto a ouvir aquilo. Os Cinco pagaram por seus lugares na Conferência de Paz com milhões de mortos e feridos. As nações menores se dessem por felizes por serem convidadas para a conferência. Como concessão, estas receberiam permissão para nomear cinco representantes (depois aumento do para nove) para o comitê da Liga. O arripio de revolta amainou, mas o ressentimento não.³⁰ Quando os ingleses e americanos apresentaram seus planos para a Liga com um conselho executivo dos Cinco, a grita das nações menores foi tão grande que receberam, no fim, o direito de votar em quatro membros adicionais.

Cecil achou que Wilson tinha enlouquecido quando falou em redigir o pacto da Liga em duas semanas, mas o fato é que o trabalho foi extraordinariamente rápido, em parte porque ingleses e americanos tinham feito substanciais acordos de antemão.³¹ A primeira reunião ocorreu em 3 de fevereiro e, em 14 de fevereiro, uma ampla minuta estava pronta. Os dezenove integrantes do comitê reuniram-se quase todos os dias, nos aposentos de House no Crillon, sentados em torno de uma grande mesa coberta com uma toa-

lha vermelha. Por trás deles, sentavam-se os intérpretes sussurrando-lhes aos ouvidos. Os ingleses e americanos instalaram-se lado a lado e, a todo momento, consultavam-se mutuamente. Os franceses ficaram separados deles pelos italianos. Os portugueses e os belgas mostraram-se inescotáveis; os japoneses raramente falavam.³² Wilson, à cabeceira, foi vivaz, desencorajando discursos e debates acerca de detalhes e empurrando a Liga na direção que desejava. “Estrou chegando à conclusão,” escreveu Cecil, “de que, em termos pessoais, não sei bem o que causa a repulsão: certa dureza acoplada com vaidade e um pouco de jogo para a platéia.”³³ House, o outro representante americano, estava sempre ao lado do presidente, conquanto raramente falasse. Nos bastidores era, como sempre, ativo. “Tento descobrir com antecedência onde está a dificuldade e busco apliná-la, antes que cresça muito.”³⁴

Nem Clemenceau nem Lloyd George se autoneamearam para o comitê. Baker viu nisso mais uma prova, se ainda era necessária, de que os europeus não levavam a Liga a sério. Agradava-os, disse ele significativamente, verem Wilson atarefado, enquanto se apossavam dos espólios da guerra à sua maneira habitual.³⁵ Wilson, no entanto, continuava indo às reuniões do Conselho Supremo e participava das decisões importantes. Lloyd George, como agira ao longo de sua carreira política, escolheu homens de confiança – no caso, Smuts e Cecil – deu-lhes total autoridade e, de modo geral, deixou-os trabalhar com independência.³⁶ Clemenceau nomeou dois especialistas famosos, aos quais, como de hábito, tratou mal: professor Larnaude, reitor da faculdade de direito da Universidade de Paris, e Léon Bourgeois.

Homem ilustrado e culto, Bourgeois era especialista em direito, estudante de sânscrito, conhecedor de música, bem como passável escultor e caricaturista. Depois de entrar na política como liberal, chegou rapidamente ao topo: ministro do interior, da educação, da justiça, do exterior, primeiro-ministro. Seu interesse na ordem internacional vinha de longe, de bem antes da guerra; representara a França na Conferência de Paz de Haia que tentou, sem sucesso, impor limites à guerra. Quando Wilson manifestou esperança numa Liga, Bourgeois chorou de alegria. Em 1919, todavia, era idoso e estava cansado; sua visão falhava, e sofria demais com o frio.³⁷

Além do mais, trabalhou em considerável desvantagem. Muitos funcionários franceses teimavam em ver a Liga como uma continuação da aliança da guerra, ainda dirigida contra a Alemanha.³⁸ Clemenceau não fazia segredo de que considerava Bourgeois um tolo. Quando House perguntou como

Bourgeois chegara a primeiro-ministro, Clemenceau replicou, “quando eu vivia derrubando gabinetes, o material foi acabando, e eles pegaram Bourgeois.”³⁹ Ingleses e americanos consideravam-no uma espécie de piada, com seus discursos prolixos em francês harmonioso que, quase sempre, os punham a dormir.⁴⁰ Wilson, decididamente, não gostava dele, em parte porque ouvira que Clemenceau o havia instruído para prolongar ao máximo os procedimentos.⁴¹ É provável que isso fosse verdade. Bourgeois fazia muito pouco sem consultar Clemenceau, o qual esperava arrancar concessões de Wilson quanto aos termos de paz com a Alemanha. “Não importa que vocês sejam vencidos,” disse a Bourgeois e Larnaude. “Vossos fracassos me ajudarão a exigir garantias extras no Reno.” Foi uma pílula amarga para Bourgeois, mas ele se conformou. “Em outras palavras,” disse a Poincaré, “ele simplesmente pede que eu me deixe matar nas trincheiras, enquanto luta noutra frente.”⁴²

Nas reuniões do comitê da Liga, os franceses lutaram contra os ingleses e os americanos para dar poder à organização, algo que, afinal de contas, Wilson dissera certa vez que a Liga precisava.⁴³ Bourgeois argumentava que a Liga deveria operar como o sistema de justiça de qualquer estado democrático moderno, com poder para intervir onde houvesse ruptura da paz, restabelecendo a ordem pela força. Dito de outra forma, se surgissem disputas entre membros da Liga, elas seriam automaticamente submetidas à arbitragem compulsória. Se um estado se recusasse a acatar a decisão da Liga, o passo seguinte, então, seriam as sanções, econômicas e mesmo militares.⁴⁴ Queria um desarmamento severo supervisionado pela Liga com largos poderes de inspeção, e uma força internacional de membros da Liga.⁴⁵ Os ingleses e os americanos suspeitaram que tais propostas eram apenas outro jeito francês para uma coalizão permanente e armada contra a Alemanha. De qualquer modo, estava fora de questão em termos políticos. O congresso americano, que já não gostava de partilhar o controle da política externa com o presidente, por certo não permitiria que outras nações decidissem quando e onde os EUA deviam entrar em guerra. Os conservadores do governo de Lloyd George, o exército, a marinha e grande parte do ministério do exterior preferiam confiar nos velhos e seguros caminhos para defender a Inglaterra. A Liga, disse Churchill “não é alternativa para a esquadra inglesa.” Tudo não passava de “bobagem” e “contra-senso” disse Henry Wilson, chefe do estado-maior imperial. A Inglaterra poderia ser

arrastada para conflitos no continente, ou ainda mais longe, nos quais não tinha interesse.⁴⁶

As ressalvas inglesas eram, em Paris, repetidas por diversos delegados dos domínios, algo que Lloyd George e seus colegas não podiam ignorar com facilidade. Fulgurando de malícia como um pequeno duende, Billy Hughes era previsivelmente veemente. Gostava dos franceses e detestava os americanos; em boa parte pelo menosprezo que tivera de Wilson numa visita a Washington. A Liga, disse ele, era o brinquedinho do presidente: “não fica feliz enquanto não o tiver.” Falando pela Austrália e por si mesmo, não queria ver o Império Britânico rebocado pela carruagem triunfal do presidente dos EUA.⁴⁷ Os canadenses, que acabavam de ganhar dos ingleses certo grau de controle sobre sua política externa, não queriam dar um passo atrás e entregar essa política a outro corpo superior.⁴⁹

As tentativas francesas de afiar os dentes da Liga irritaram seus aliados e ameaçaram criar um impasse na Conferência de Paz. Quando o comitê apressou os trabalhos para terminar a primeira minuta antes que Wilson partisse para sua rápida visita aos Estados Unidos, vazaram de suas reuniões secretas informações suficientes para causar alarme. “Surtem nuvens negras sobre as instalações da conferência,” escreveu o correspondente americano da Associated Press, “e há uma atmosfera generalizada de desconfiança e amargor, trazendo ainda muita dúvida ao destino do Pacto da Liga.” Também não ajudava o fato de a imprensa francesa ter começado a atacar Wilson, ou de Clemenceau ter dado uma entrevista na qual alertou que a França não poderia ser sacrificada em nome de ideais nobres, porém vagos. Circularam rumores de que Wilson, como retaliação, retiraria a Conferência de Paz de Paris ou, talvez, desistiria por completo de estabelecer uma Liga.⁵⁰

Em 11 de fevereiro, três dias antes da data marcada para o embarque do presidente, o comitê para a Liga ficou reunido quase o dia todo. Os franceses apresentaram emenda para a criação do exército da Liga. “Inconstitucional e também impossível,” disse Wilson.⁵¹ O encontro foi encerrado sem uma decisão. No dia seguinte, Cecil, friamente, mostrou aos franceses a dificuldade aparecida: “na sua opinião, eles estavam a dizer para os EUA e, em menor medida, para a Inglaterra, que, por não lhes ter sido oferecido mais, não receberiam o presente disponível; então, ele os alertou com muita franqueza que a proposta que fazíamos, se a Liga das Nações não fosse bem sucedida, era uma aliança entre a Inglaterra e os Estados Unidos.”⁵²

Bourgeois recuou, porém, um mês depois, iria fazer outra tentativa inútil, quando aventou que a Liga deveria ter seu próprio estado-maior. Dessa forma, acrescentou o francês brandamente, o conselho da Liga poderia ser informado e preparar planos, de modo a não ser surpreendido quando as guerras ocorressem.⁵³ Wilson se enfureceu. “Os delegados franceses são intoleráveis,” disse a Grayson, seu médico particular. “Falam, falam e falam, e querem sempre reviver pontos já debulhados à exaustão e completamente descartados.”⁵⁴ Bourgeois tinha a mesma antipatia pelo presidente. Disse a Poincaré que Wilson era não só autoritário como profundamente inconfiável: “Ele conduz tudo com o objetivo da exaltação pessoal em mente.”⁵⁵

Em 13 de fevereiro, a primeira minuta foi terminada. Wilson ficou contentíssimo, tanto pela data auspiciosa como pelo fato de serem vinte e seis os artigos, duas vezes treze.⁵⁶ Estavam traçadas as principais linhas da Liga: uma assembléia geral para todos os membros, uma secretaria e um conselho executivo onde os Cinco Grandes teriam maioria simples (o malogro dos Estados Unidos em entrarem na Liga pôs a cláusula a perder). Não haveria exército da Liga, nem arbitragem compulsória, nem desarmamento. Por outro lado, todos os membros se comprometeriam a respeitar a independência e as fronteiras territoriais uns dos outros. Recendo as Grandes Potências que as menores pudessem vencê-las no voto, estipulava-se também que a maioria das decisões da Liga tinha que ser tomada por unanimidade.⁵⁷ A ineficácia da Liga foi depois imputada a essa cláusula.

Não foi permitido que a Alemanha se filiasse de imediato. Os franceses foram irredutíveis a respeito, e seus aliados se dispuseram a ceder. Na realidade, Wilson era favorável a que se tratasse a Alemanha como um condenado em reabilitação. “O mundo tem o direito moral de desarmar a Alemanha e sujeitá-la a uma geração de meditação.”⁵⁸ Destarte, a Alemanha viu-se na curiosa posição de concordar, no Tratado de Versalhes, com um clube no qual não podia entrar. Tanto os ingleses como os americanos acabaram por achar tal posição bastante injusta.⁵⁹

O pacto refletiu também outras causas muito estimadas por internacionalistas e humanitários. Havia uma disposição para que a Liga procurasse estabelecer uma corte internacional permanente de justiça, disposições contra o tráfico de armas e contra a escravidão, e apoio para a expansão da Cruz Vermelha internacional.

O *covenant* da Liga criou também a Organização Internacional do Trabalho com a missão de buscar padrões internacionais para as condições de

trabalho. Era algo que os reformadores de classe média, os partidos e os sindicatos de esquerda queriam havia muito tempo. ("Dia de Oito Horas" era a grande palavra de ordem.) O máximo conseguido antes da guerra, entretanto, foram os limites para o trabalho feminino noturno e o banimento do fósforo na fabricação do palito de "fósforo." A revolução bolchevique ajudou a uma mudança milagrosa de atitude entre as classes governantes ocidentais. Os trabalhadores, até mesmo nas democracias vitoriosas, estavam inquietos. Até onde poderiam ir no caminho da revolução? Ninguém sabia. Os representantes trabalhistas europeus ameaçavam organizar uma conferência em Paris, simultânea com a Conferência de Paz, que reunisse delegados das nações tanto vitoriosas quanto perdedoras. Ao mesmo tempo em que os aliados conseguiram desviar essa conferência para Berna, na Suíça, Lloyd George e Clemenceau passaram a considerar que uma cláusula sobre o trabalho na convenção da Liga poderia ser muito útil para acalmar os trabalhadores. De qualquer forma, a inclinação política dos dois estadistas, como também a de Wilson, fazia com que simpatizassem com o movimento trabalhista, pelo menos quando esse tomava um rumo diferente da revolução.⁶⁰

No dia em que o comitê para a Liga das Nações foi nomeado, outro se criou sobre o trabalho internacional. Sob a presidência inicial do baixote e impetuoso líder da Federação Americana do Trabalho (*American Federation of Labor-AFL*), Samuel Gompers, e, depois, do líder trabalhista inglês George Barnes, o comitê trabalhou discretamente. Barnes queixou-se a Lloyd George de que os *peacemakers* mostravam apenas um "lânguido interesse" em sua obra.⁶¹ Isso, provavelmente, foi bom; a Organização Internacional do Trabalho surgiu com um mínimo de agitação e fez sua primeira conferência antes do fim de 1919. Diferentemente da Liga das Nações, à qual estava vinculada, a organização incluiu representantes alemães desde o início. E também diferentemente da Liga, sobrevive até os dias de hoje.

Em 14 de fevereiro, Wilson apresentou a minuta do pacto da Liga numa sessão plenária da Conferência de Paz. Os membros do comitê tinham produzido um documento ao mesmo tempo prático e inspirador, do qual estavam todos muito orgulhosos. "Muitas coisas terríveis resultaram desta guerra," concluiu o presidente, "mas também coisas belas."⁶² Naquela noite, ele deixou Paris rumo aos Estados Unidos, certo de que havia cumprido a principal tarefa de sua vinda à conferência.⁶³

Contudo, o pacto não estava pronto de todo. Os franceses ainda esperavam incluir alguma coisa relacionada com força militar; os japoneses alertaram de que pretendiam introduzir uma provisão controversa sobre igualdade racial; e os mandatos sobre as ex-colônias alemãs e sobre o império otomano precisavam ser outorgados. Havia também a traiçoeira questão da Doutrina de Monroe, que calçava a política dos EUA para as Américas. A Liga teria poder, como temiam muitos oponentes conservadores de Wilson, para ultrapassar a doutrina? Se tivesse, opor-se-iam à Liga, o que poderia muito bem levar à sua rejeição pelo congresso. Embora o presidente detestasse fazer concessões, concordou em negociar, quando voltasse a Paris, uma ressalva especial estipulando que nada no *covenant* da Liga invalidaria a Doutrina de Monroe.⁶⁴

Wilson acabou enredado, dessa vez com os ingleses, na espécie de jogo diplomático que sempre encarou com desdém. Embora Cecil e Smuts se mostrassem compreensivos com a dificuldade doméstica que o presidente enfrentava e se dispusessem a apoiá-lo, Lloyd George farejou uma oportunidade para evitar uma corrida naval; agora deu a entender que poderia opor algumas objeções à Doutrina de Monroe.⁶⁵ Houve também um problema com os japoneses, os quais, temeu-se, poderiam solicitar reconhecimento de uma doutrina equivalente para o Japão, barrando outras nações no Extremo Oriente. Isso, por seu turno, aborreceria os chineses, já muito inquietos com as intenções nipônicas.⁶⁶

Em 10 de abril, com a questão naval ultrapassada e os ingleses de volta ao barco, Wilson apresentou uma emenda cuidadosamente redigida no sentido de que nada no pacto da Liga afetaria a validade de acordos internacionais, como a Doutrina de Monroe, concebidos para preservar a paz. Os franceses, ressentidos por não terem conseguido uma Liga com garras, atacaram a emenda com lógica impecável. Já existia uma cláusula na convenção dizendo que todos os membros garantiriam que seus acordos internacionais estivessem em conformidade com a Liga e com seus princípios. A Doutrina de Monroe não estava conforme? Claro que estava, disse Wilson; na realidade, era até modelo para a Liga. Então, replicaram Bourgeois e Larnaude, por que razão era necessário mencionar-se a Doutrina de Monroe? Cecil tentou salvar Wilson: a referência à Doutrina de Monroe era, na verdade, uma espécie de ilustração. Wilson sentou-se em silêncio, o lábio inferior tremendo. Por volta da meia-noite, explodiu numa defesa vigorosa dos

Estados Unidos, o guardião da liberdade contra o absolutismo em seu próprio continente e ali, na Europa, muito mais recentemente, na Grande Guerra. “É justo negar-se aos EUA a pequena oferta de algumas palavras declaratórias apenas de que sua política no século passado foi devotada a princípios de liberdade e independência que devem ser consagrados neste documento como uma carta perpétua para o mundo?” Os americanos que o ouviam ficaram profundamente tocados, os franceses, não.⁶⁷

Em 28 de abril, enquanto uma neve fora de tempo cobria Paris, uma sessão plenária da conferência aprovava o pacto. O delegado do Panamá pronunciou longo e erudito discurso sobre a paz, que começava com Aristóteles e terminava com Woodrow Wilson. O delegado de Honduras falou em espanhol sobre a cláusula da Doutrina de Monroe, porém, como poucos o entenderam, suas objeções foram ignoradas.⁶⁸ Clemenceau, *chairman* da sessão, encaminhou os trabalhos com sua pressa costumeira, limitando a expressão de emendas hostis, mesmo quando partiam de seus próprios delegados, com sonoro bater de seu martelo e um curto “*Adopté*.”⁶⁹

Wilson tinha todos os motivos para estar contente. Dera a direção que queria para ao pacto; bloqueara pretensões como as dos franceses por uma força militar; e inserira uma ressalva sobre a Doutrina de Monroe que deveria assegurar a aprovação do pacto nos Estados Unidos. A Liga, ele confiava, cresceria e mudaria com os anos. No devido tempo, abarcaria as nações inimigas e as ajudaria a permanecer nas vias da paz e da democracia. Onde os acordos de paz necessitassem revisões, como ele disse à sua esposa, “um por um dos erros podem ser levados à Liga para ajustes, e a Liga funcionaria como câmara de compensação permanente, onde cada nação, pequena ou grande, poderia ter acesso.”⁷⁰ Ao concentrar-se na Liga, o presidente permitiu que muita coisa passasse na Conferência de Paz. Não combateu decisões que, no seu ponto de vista, estavam erradas: a cessão do Tirol de língua alemã à Itália, ou a colocação de milhões de alemães sob governo tchecoslovaco ou polonês. Tais acordos, uma vez feitos, mostraram-se surpreendentemente duradouros, valeram pelo menos até o início da guerra seguinte. De qualquer forma, teria sido difícil a ação da Liga, de vez que suas regras insistiam na unanimidade para quase todas as decisões. Sua outra presunção igualmente perigosa foi a de que tinha apoio para aprovar a Liga no congresso americano.

MESMO ANTES DE O COMITÊ para a Liga começar a trabalhar, a questão dos mandatos já surgira no Conselho Supremo, onde Wilson deixou claro esperar que a Liga fosse responsável pelas ex-colônias alemãs. Nenhuma das potências vitoriosas achava que a Alemanha deveria ter de volta suas possessões coloniais, que incluíam várias feiras de ilhas no Pacífico e pedaços da África. O comportamento da Alemanha na guerra na Europa demonstrara aos aliados que ela não podia governar outros povos. Por outro lado, a atitude de Wilson foi uma surpresa desagradável em algumas áreas.

Para desalento dos americanos, seus aliados ainda tendiam a raciocinar em termos de espólios de guerra. Os franceses queriam a Togolândia e o Camerum, bem como o fim dos direitos alemães sobre o Marrocos. (Isso deixaria a França única protetora daquele país.) Os italianos estavam de olho, entre outras coisas, em partes da Somália. No Império Britânico, a África do Sul queria a África do Sudoeste alemã, a Austrália queria a Nova Guiné e algumas ilhas das proximidades, e a Nova Zelândia desejava a Samoa alemã e ilhas vizinhas. Os ingleses esperavam anexar a África Oriental alemã, completando a cadeia norte-sul de suas colônias; tinham também um acordo secreto com a França para a divisão do império otomano. Os japoneses tinham seus tratos secretos: com os chineses para assumirem as concessões alemãs, e com os ingleses para ficarem com as ilhas alemãs ao norte do equador.

Na nova ordem mundial de Wilson teria que existir outro tipo de arranjo, que não anexação ou colonização daquelas partes do mundo ainda sem condições de autogoverno. Mandatos eram solução possível, uma forma de tutela direta da Liga das Nações ou de outras potências por mandato da Liga. A duração dependeria do progresso dos tutelados. Wilson foi tremendamente impreciso. A África, evidentemente, precisava de controle externo, mas que dizer dos territórios que se desprendiam dos impérios derrotados: o Oriente Médio árabe dos otomanos, ou a Armênia, a Geórgia e outras repúblicas do Cáucaso, da Rússia? Na confusão instalada na Europa

Central, havia também povos que não pareciam em condições de tomar conta de si mesmos. Neste caso, Wilson apenas dizia que não aprovava mandatos para os povos europeus.¹

A idéia do forte protegendo o fraco não era nova. Os imperialistas, muitas vezes sinceramente, gabavam-se de sua missão antes da Grande Guerra. A Alemanha, disse friamente um famoso especialista americano em África, era a exceção que não entendera bem seu dever: “O nativo foi quase sempre considerado o meio para um fim, jamais um fim em si mesmo, e seu bem-estar, como o da colônias, ficava completamente subordinados aos interesses do alemão local e aos da Alemanha distante.”²

Os ingleses, vendo que não adiantava antagonizar os americanos falando em anexar ao seu império território da Alemanha ou de quem quer que fosse, apoiaram a idéia dos mandatos.³ Smuts usou de sua eloquência habitual. Grandes impérios liquidavam-se, escreveu no memorando sobre a Liga das Nações que tanto impressionou Wilson, e a Liga deveria tomar o lugar deles. “Os povos deixados pela decomposição da Rússia, da Áustria e da Turquia quase não têm formação política; muitos são incapazes ou deficientes em poder para autogoverno; são, em geral, carentes de muita ajuda para chegarem à independência econômica e política.” Se europeus, por exemplo os finlandeses ou os poloneses, poderiam pôr-se de pé quase de imediato, o Oriente Médio levaria mais tempo. As ex-colônias alemãs no Pacífico e na África provavelmente jamais teriam condições de governar-se. Os habitantes eram bárbaros “aos quais seria impraticável qualquer idéia de autodeterminação política no sentido europeu.” O melhor seria o Império Britânico assumir o controle direto. Se os americanos objetassem, disse ele aos colegas ingleses, a Inglaterra poderia ceder gentilmente e pedir em troca o controle sob supervisão geral e mínima da Liga. Isso, por sua vez, forçaria outras nações, particularmente a França – o fantasma de Smuts – a aceitar condições semelhantes para suas colônias.⁴ Cecil, igual a Smuts em altos ideais, viu uma vantagem prática: negociantes e investidores ingleses, finalmente, teriam condições de entrar nas colônias francesas e portuguesas da África.⁵

A própria palavra “mandato” tinha um som benevolente e agradável. Inicialmente, ela causou também grande confusão quando surgiu na Conferência de Paz. Seria mera cortina, como os cépticos pensavam, para a velha conquista, ou uma nova forma para as relações internacionais? A Liga deixaria as potências mandatárias administrarem sozinhas os territórios de-

signados, ou interferiria constantemente? Quando foi dito a um atordoado delegado chinês que os ex-territórios alemães em seu país receberiam um novo chefe, ouviu-se sua pergunta: “Mandatário quem é?”⁶

Os franceses reagiram à idéia com hostilidade e apreensão. Clemenceau exclamou para Poincaré: “A Liga das Nações garantindo-a-paz, vá lá, mas proprietária de colônias, não!”⁷ Colônias eram sinal de poder; e tinham o de que a França mais necessitava: gente. Sempre haveria mais alemães que franceses, mas, com colônias na Ásia e na África, os franceses tinham alguma esperança de refazer o equilíbrio com o que gostavam de chamar “nossos irmãos distantes.”⁸ Se a França recebesse mandatos da Liga, haveria restrições mesquinhas ao recrutamento de soldados nativos para missões além-mar? Infelizmente, americanos e ingleses pareciam estar nessa linha de pensamento. A forma que propunham para os mandatos preconizava às potências responsáveis trabalho humanitário, proibindo o tráfico de escravos, por exemplo, mas também proibiam instrução militar dos nativos para outra missão que não fosse de policiamento e de “defesa do território.”

Quando a questão dos mandatos chegou ao Conselho Supremo, Clemenceau e Pichon lançaram-se ao ataque. Para que gastaria a França tempo e dinheiro estudando de seus mandatos se não podia trazer voluntários para defendê-la, quando necessário? Era fácil para os Estados Unidos e a Inglaterra uma posição despreocupada por estarem geograficamente protegidos da Alemanha, mas a França não teria sobrevivido aos ataques alemães se não fossem seus soldados coloniais. Lloyd George tentou encontrar um meio-termo. A cláusula que transtornava os franceses era, na realidade, dirigida contra o que os alemães faziam, levantar exércitos de nativos para atacar outras colônias. Os franceses ficavam perfeitamente livres para defender-se e a quaisquer territórios que estivessem sob sua proteção. Clemenceau acalmou-se: “Se a cláusula significava que ele tinha o direito de recrutar tropas em caso de guerra generalizada, então, estava satisfeito.” Lloyd George concordou alegremente: “Desde que M Clemenceau não forme grandes exércitos de negrada com objetivo de agressão, era só isso que a cláusula queria evitar.” Wilson concordou com a interpretação de Lloyd George. O problema é que ninguém entendia bem o que ela significava. A França poderia ou não empregar soldados de seus mandatos numa guerra europeia? Meses mais tarde, em maio, os franceses tentaram sorrateiramente fixar seu próprio entendimento ao acrescentarem uma expressão sobre defesa “da mãe pátria” na cláusula sobre os mandatos, na versão final do

pacto da Liga, quando ia para impressão. O secretário inglês da Conferência de Paz, Hankey, que notou a alteração já bem tarde certa noite, não acreditou na garantia francesa de que as outras potências tinham concordado com a mudança. Foi atrás da confirmação e pegou Wilson já na cama e Lloyd George trocando-se para dormir. “Como desconfiei, era ‘se passar, passou.’” Wilson, muito agitado, fez Clemenceau retirar a expressão.⁹

Os ingleses observavam as manobras francesas com desaprovação crescente, mas também tinham suas dificuldades com os americanos. Ou melhor, foram forçados a uma confrontação pela África do Sul, pela Austrália e pela Nova Zelândia, as quais, em virtude de suas próprias ambições territoriais, não queriam saber de mandatos. Lloyd George viu-se compelido a uma posição que sabia não ser do agrado dos americanos. Em 24 de janeiro, no Conselho Supremo, argumentou, algo desanimado, que a anexação fazia sentido em termos administrativos. Deixou que os domínios entrassem com os outros argumentos.

Smuts e Botha fizeram o pedido sul-africano sobre a África do Sudoeste alemã. Os dois tinham lutado na breve e vitoriosa campanha de 1915, planejada por Botha. Pleiteavam a posse de um enorme trato de terra, do tamanho de Inglaterra e França juntas, porém considerada sem valor. (Seus ricos minérios ainda não tinham sido descobertos.) A costa atlântica era deserta e a maior parte do interior inútil ao cultivo, no máximo, pasto. Uns poucos milhares de alemães, muitos dos quais, supunha-se, fugidos de escândalos na Alemanha, tinham construído para seu uso réplicas de castelos, aconchegantes vilarejos em estilo germânico e uma pequena e graciosa capital em Windhoek. O primeiro comissário imperial alemão, Ernst Goering (pai de Hermann), deu o tom do mando alemão sobre uma população africana muito maior, numa administração autoritária e brutal.¹⁰

Smuts e Botha realçaram a crueldade alemã para com os nativos. Os sul-africanos brancos, ao contrário, disse Smuts, entendiam os nativos; na verdade, tinham envidado o melhor esforço para dar-lhes uma espécie de autogoverno. “Haviam criado uma civilização branca num continente selvagem tornando-se uma grande agência cultural por toda a África do Sul.” Agora era a vez de os povos da África do Sudoeste partilharem de tais benefícios. Geograficamente, o território já era vinculado à África do Sul; sob todos os aspectos, fazia sentido transformar os dois países num só. Wilson ouviu com simpatia. Gostava dos dois, de Smuts em particular, e, embora sem retroceder, mostrou achar que um mandato sul-africano seria tão bem-

sucedido que os habitantes da África do Sudoeste, um dia, optariam livremente pela união à África do Sul.¹¹

Clemenceau, na cabeceira, convidou então os “canibais” – brincadeira que fazia com Hughes – a apresentarem a posição de Austrália e Nova Zelândia.¹² Brandindo um mapa grosseiramente distorcido que mostrava as ilhas que desejava – Nova Guiné e as ilhas próximas, como o arquipélago de Bismarck – praticamente a tocarem a Austrália, Hughes pediu a anexação pura e simples. Citou a defesa (as ilhas eram necessárias à Austrália como água para uma cidade) e a contribuição australiana para a guerra, as 90.000 baixas, os 60.000 mortos e o débito de guerra de 300 milhões de libras. “A Austrália não queria cambalear sob carga tão pesada sem se sentir segura.”¹³ Embora não pudesse dizer abertamente, o futuro inimigo que Hughes tinha em mente era o Japão. Os australianos também pensaram em argumentar que os locais os recebiam de braços abertos, mas quando o governo da Austrália realizou algumas pesquisas com os habitantes da Nova Guiné descobriu que estes preferiam os funcionários alemães, porque poderiam seguir livremente felizes caçadores de cabeças.¹⁴ Ilimitado acesso a missionários, disse Hughes, em resposta a uma empertugada pergunta do presidente: “Há ocasiões em que se passam muitos dias sem que os pobres diabos tenham a metade dos missionários que precisam para comer.”¹⁵

Massey, com seu próprio mapa, fez longo e desconexo discurso em prol do pleito neozelandês pelas Samoas. Tropas neozelandesas, “com grande risco,” tinham ocupado as ilhas no início da guerra. (Na realidade, o risco tão grande estava no enfado, já que os ocupantes, sem nada para fazer, passavam o dia bebendo quantidades monumentais de cerveja.)¹⁶ Os samoanos não eram selvagens e sim pessoas muito sensatas, e desejavam o regime neozelandês. (Entrementes, os samoanos apresentavam ao administrador neozelandês local uma petição na qual solicitavam governo americano, inglês, ou qualquer outro, menos o neozelandês.)¹⁷

Wilson, que não suportava Hughes, ouviu com visível má-vontade. Os franceses olhavam divertidos; não gostavam de mandatos e não lhes fazia mal algum a desarrumação no Império Britânico.¹⁸ “Pobre Hughesinho, inflado de pseudo-importância,” escreveu um membro da delegação australiana. “Evidente que está sendo usado pelos franceses, que querem Camerum, Togo & Síria.”¹⁹

Poucos dias mais tarde, o ministro francês para as colônias, Henri Simon, foi a própria moderação quando falou ante o Conselho Supremo. A França

só queria dois pequenos trechos de terra na África, Togolândia, que se estendia para o interior em paralelo com a colônia francesa do Daomé na África Ocidental, e o Camerum, também na África Ocidental, que os alemães conseguiram arrancar da França em 1911. (A França queria mais o protetorado exclusivo sobre o Marrocos, mas isso não era necessário mencionar.) Preferia a anexação, disse Simon, pois seria melhor e mais eficiente para os nativos. A França só desejava continuar semeando civilização pela África tropical.²⁰ Clemenceau, que não dava importância a possessões coloniais, cortou o efeito de tudo ao dizer que aceitava negociar.²¹

Wilson não arredou pé. “A continuarem as anexações,” disse ao Conselho Supremo, “a Liga das Nações nasceria desacreditada.” O mundo esperava mais deles. Não deveriam voltar ao velho processo de lutar povos desamparados. Cuidado, a opinião pública voltar-se-ia contra eles. Haveria levantes numa Europa já conturbada pela revolução.²² Ele não permitiria, disse em particular, um “rateio do butim.”²³ Se necessário, era sua ameaça favorita, levaria o problema ao conhecimento público.²⁴ Além disso, ansiava por avançar da questão dos mandatos. O destino da Europa – da Alemanha, da Áustria-Hungria, da Rússia – era a matéria importante.²⁵

Nos bastidores, alguns proeminentes pacificadores agiam para pôr um fim nas confrontações.²⁶ Os canadenses, que sempre temeram tensões entre a Inglaterra e os EUA, instaram Hughes e Massey a serem razoáveis. House, já recuperado da doença, disse aos ingleses que deviam recuar. Smuts e Cecil formularam a proposta que House considerou a base para uma negociação.²⁷ Haveria, agora, três tipos de mandato: “A” para as nações, como as do Oriente Médio, quase prontas para cuidar de seus problemas de estado; “B” onde a potência mandatária governaria; e “C” para os territórios contíguos ou perto da mandatária, que administraria o território do mandato como parte do seu próprio, sujeita apenas a certas restrições, como, por exemplo, relativas à venda de bebidas e armas de fogo. Os mandatos do tipo “C,” em outras palavras, cobriam convenientemente a África do Sudoeste e as ilhas que a Austrália e a Nova Zelândia desejavam. Um *leasing* de 999 anos, disse Hughes, em vez da propriedade total.²⁸ Ele não estava, no entanto, disposto a desistir tão facilmente.

Em 29 de janeiro, uma reunião da delegação do Império Britânico arremou, nas palavras de Borden, “uma cena bem quente.”²⁹ Lloyd George caracterizava os três tipos de mandato que acreditava aceitáveis pelos americanos. Hughes, furioso “como uma fuinha,” rebatia cada ponto, até que o

primeiro-ministro inglês, perdendo a paciência, disse-lhe que vinha, havia três dias, argumentando a favor da causa australiana com os EUA, mas não tinha a intenção de discutir com os americanos sobre as ilhas Salomão.³¹

Infelizmente, na manhã seguinte, o *Daily Mail*, que saía com uma edição em Paris durante a Conferência de Paz, publicou matéria claramente inspirada por Hughes. O artigo acusava a Inglaterra de submeter-se aos EUA e dizia que os interesses do Império Britânico eram sacrificados aos impraticáveis ideais de Wilson.³² Naquela manhã, o Conselho Supremo assistiu a uma “briga de primeira.”³³ Lloyd George estava zangado com Hughes, e Wilson, sempre sensível à crítica, furioso. Ele desferiu uma confusa e incoerente crítica contra o acordo proposto e sugeriu que toda a questão dos mandatos fosse adiada até fundar-se a Liga. Foi particularmente rude com o primeiro-ministro australiano. “Mr Hughes,” disse Lloyd George, que desesperava da possibilidade de jamais conseguir um acordo, “era a última pessoa que eu devia ter escolhido para aquela condução.” Wilson perguntou bruscamente a Hughes: “Devo entender que, mesmo que todo o mundo civilizado peça à Austrália que aceite um mandato sobre aquelas ilhas, a Austrália pretende desafiar o apelo de todo o mundo civilizado?” Hughes, atrapalhado com seu desajeitado aparelho de audição, disse que não tinha ouvido a pergunta. Wilson repetiu. “É mais ou menos por aí, presidente Wilson.” Houve um grunhido de aprovação por parte de Massey.³⁴ Na realidade, Hughes não era tão obstinado quanto parecia. Abalou-se com a reação ao artigo e iria passar os dias seguintes evitando Lloyd George.³⁵

Nesse ponto, Botha, que era muito respeitado, pôs-se de pé com dificuldade. Declarou que achava o artigo do jornal repugnante. Como cavalheiros, eles deveriam manter suas desavenças restritas ao ambiente de trabalho. Falando por si próprio, apoiou de coração os grandes ideais expressos pelo presidente Wilson. Por certo, todos apoiavam. “Esperava que tentassem, no melhor espírito de cooperação e abrindo mão das coisas menores, tornar as dificuldades e tornar possível o ideal maior.” Wilson, que estava envergonhado pelo destempero, ficou profundamente emocionado. Massey emitiu sinais sonoros de conciliação e Hughes permaneceu em silêncio. A proposta, com seus três tipos de mandato, foi aprovada. A complicada questão de quem ficaria com quê foi deixada de lado.³⁶

Foi o momento mais difícil de uma semana exaustiva. O Conselho Supremo estava também às voltas com o problema de negociar ou não com os bolcheviques, tratando da Polónia e suas necessidades, das fronteiras da

Tchecoslováquia e dos termos da paz com a Alemanha. Ouvira dos chineses que a China queria de volta as concessões alemãs, e dos japoneses que esperavam ficar com elas; dos belgas, que também queriam território na África; e da Romênia e Iugoslávia, que brigavam por territórios. Naquela noite de sexta-feira, Clemenceau queixou-se ao assistente Mordacq que estava no fim de sua corda. As questões que tinham discutido durante toda a semana não saíam de sua cabeça. Precisava relaxar. Os dois saíram juntos e foram à Ópera Cômica.³⁷

Durante todas as discussões, muito foi dito sobre a alegria das colônias em se verem livres do jugo alemão. No entanto, embora o quinto dos Quatorze Pontos de Wilson falasse em levar em conta os interesses das populações nativas, ninguém, na realidade, tinha se preocupado em consultar os africanos ou os ilhéus do Pacífico. É bem verdade que não havia representantes samoanos ou melanésios em Paris, mas existiam africanos disponíveis. Com efeito, um deputado francês negro do Senegal, Blaise Diagne, e o grande líder negro americano, W.E.B. Du Bois, estavam ocupados organizando um congresso pan-africano. O congresso ocorreu, de fato, em fevereiro, com o consentimento um tanto reticente dos pacificadores. Nenhum das figuras de proa da Conferência de Paz compareceu. Um dos membros da delegação belga falou com entusiasmo sobre as reformas em curso no Congo, e um ex-ministro do exterior de Portugal elogiou o modo como seu país administrava suas colônias. Uns poucos delegados da África francesa demonstraram o sucesso da *mission civilisatrice* por meio de louvores às conquistas da Terceira República. O congresso aprovou resoluções favoráveis a que a Conferência de Paz desse à Liga o controle direto das ex-colônias alemãs. Houser recebeu Du Bois com a cortesia habitual, mas não fez qualquer comentário sobre as resoluções.³⁸

Com o passar dos meses, as potências foram fazendo acordos discretos por trás do palco. Alguns foram meras ratificações de arranjos feitos durante a guerra. O Japão, por exemplo, conseguiu suas ilhas ao norte do equador. Mais para o sul, a Austrália e a Nova Zelândia ficaram também com as ilhas que queriam. Parceiros quando se tratava de desafiar Wilson, as duas então discutiram asperamente, durante alguns meses, a posse da ilha de Nauru, que não fora alocada. A ilha tinha apenas 20 quilômetros quadrados de área, porém, composta principalmente de excrementos de pássaros, era fonte muito valiosa de fosfatos, usados na produção de fertilizantes. Sem Nauru, tanto Hughes como Massey argumentavam, suas respectivas agri-

culturas entrariam em colapso.³⁹ Os ingleses solucionaram o problema assumindo eles mesmos o mandato sobre Nauru e concedendo *royalties* irrisórios aos poucos milhares de moradores. Quando Nauru se tornou independente, em 1968, e assumiu o negócio dos fosfatos, os habitantes tinham uma das maiores rendas *per capita* do mundo e uma terra natal que sumia sob seus pés. Um fundo de garantia, que deve andar em torno de um bilhão de dólares, foi para a compra de imóveis no exterior, mas boa parte dele para os bolsos de respeitáveis consultores australianos. Os fosfatos estão quase acabando, mas Nauru tem, hoje, uma nova fonte de receita na lavagem de dinheiro para a máfia russa.⁴⁰

A Inglaterra e a França já tinham feito durante a guerra uma divisão preliminar das colônias alemãs na África. Na Conferência de Paz, Lord Milner, ministro das Colônias, encontrou-se com seu colega francês, Henri Simon, para acertar detalhes de mandatos sobre mais de 13 milhões de pessoas. A França recebeu, devidamente, o Togo e a maior parte do Camerum; a Inglaterra, pequena faixa do Camerum junto à sua colônia da Nigéria e quase toda a África Oriental alemã. Os portugueses reclamaram; esperavam acrescentar um pedaço dessa África Oriental à sua colônia de Moçambique. A Portugal era devida alguma coisa, disse um de seus delegados a Clemenceau, pelos “inesquecíveis serviços prestados à humanidade e à civilização, acima de tudo na África, regada com o sangue português desde o século XIV.”⁴¹ Os portugueses também suspeitavam, com razão, que seus aliados estavam planejando transferir um pedaço de Angola para a Bélgica, de modo a proporcionar ao Congo Belga um litoral adequado no Atlântico. No final, Portugal manteve suas colônias intactas e ganhou uma minúscula porção de terra para Moçambique.⁴²

Os belgas foram menos facilmente ignorados. Em 2 de maio, queixaram-se ao Conselho dos Quatro que estavam sendo deixados de fora da concessão dos mandatos, e exigiram parte da África Oriental alemã. “Pleito muito despuadorado,” disse Lloyd George. “Num momento em que o Império Britânico teve milhões de soldados lutando pela Bélgica, um punhado de soldados negros foi mandado entrar na África Oriental alemã.”⁴³ Lloyd George era injusto. As tropas do Congo, sob comando belga, desempenharam papel importante ao empurrar os alemães de volta à África Oriental. No fim da guerra, as forças belgas ocupavam cerca de um terço do país. O governo belga não tinha interesse em manter esse território; pretendia usar a África Oriental para barganhar por território português no litoral

atlântico. Os ingleses, que não conseguiram persuadir os portugueses a concordarem, viram-se em situação desconfortável. A Bélgica não devolveria seus ganhos sem alguma coisa em troca. Infelizmente, o território de posse dos belgas incluía o que parecia ser a melhor rota para a ferrovia norte-sul, ligando o Cairo ao Cabo, que os imperialistas britânicos sonharam por muito tempo construir.⁴⁴ Fazia então sentido, se não justiça, diminuir a participação belga na campanha africana, como os ingleses fizeram com entusiasmo.⁴⁵

Em 7 de maio, pouco depois de os alemães receberem suas condições de paz, Clemenceau, Lloyd George, Wilson e Orlando, da Itália, reuniram-se num dos salões de Versalhes e concordaram sobre a distribuição final dos mandatos. Quando a notícia vazou na imprensa de que a Bélgica não receberia nada, os belgas, que já estavam se sentindo logrados no troco com o que recebiam da Alemanha, se enfureceram.⁴⁶ No fim, a Inglaterra concluiu que podia abrir mão de um pouco de território (e que existiam outras rotas para a ferrovia) e, assim, duas províncias junto às fronteiras do Congo foram destacadas da África Oriental. A Bélgica assumiu os mandatos de Ruanda e Burundi.

Quando a Liga, finalmente, passou a existir, em 1920, só fez confirmar o decidido nos anos anteriores. No período entre-guerras, os mandatos na África e no Pacífico tomaram a feição, como Hughes previra, de anexação direta. As potências mandatárias enviavam relatórios anuais para a Liga, porém, no mais, eram totalmente independentes para agir a seu modo. Ao término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas retomou os mandatos e, à proporção que os grandes impérios coloniais se dissolveram, concedeu independência aos territórios que tinha herdado, com uma só exceção. A África do Sul recusou-se a abrir mão da África do Sudoeste; somente em 1990, reconheceu seu novo vizinho, o estado independente da Namíbia. Em 1994, acabou o último mandato, quando Palau, que tinha sido posta sob mando japonês em 1919 e, depois, ficou sob o dos Estados Unidos, a partir de 1945, tornou-se independente. O *leasing* de 999 anos venceu mais cedo.

PARTE III

DE NOVO, OS BÁLCÃS

26. Dockrill and Steiner, pp. 55-86
27. Dugdale, p. 199
28. Fry, vol. 1, p. 255
29. Amery, vol. 1, p. 240; Vansittart, p. 248
30. Fry, pp. 246-8; Grigg, *From Peace to War*, p. 420
31. Dockrill and Steiner, p. 77
32. Riddell, *Intimate Diary*, p. 42
33. Grigg, *Young Lloyd George*, pp. 212, 285, 296-7
34. D. Lloyd George, *War Memoirs*, vol. 4, pp. 1731-2
35. Cook, p. 385
36. MacMillan, pp. 67-9, 72-3
37. Fitzhardinge, *The Little Digger*, vol. 2, pp. 91-4, 300; D. Lloyd George, *War Memoirs*, vol. 4, p. 1744
38. Roskill, vol. 2, p. 29
39. Fitzhardinge, *The Little Digger*, vol. 2, p. 354; House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F/28/2/9
40. Roskill, vol. 2, p. 30
41. R. C. Brown, vol. 2, p. 152
42. Roskill, pp. 29-30
43. FRUS, vol. 1, pp. 482-6, 531-3; Public Record Office, CAB29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 1 (13.1.19)
44. Zimmern, p. 30
45. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, 490; House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F/5/5, Botha para Lloyd George, 15.5.19
46. Nicolson, *Peacemaking*, p. 240
47. Ministère des Affaires Étrangères, Série à Paix, 1914-1920, vol. 287, travaux préparatoires de la conférence, Paul Cambon para Pichon, 6.11.18
48. Vide, por exemplo, Yale University Library; diário de House, anotações de 28.10.18 e 6.2.19
49. Garrahan, p. 257; Steed, vol. 2, p. 265; H. Nicolson, *Peacemaking*, pp. 44-5
50. National Archives of Canada, Biggar Papers, carta de 9.2.19
51. Shorwell, p. 170
52. National Archives of Canada, Christie Papers, vol. 4, arquivo 9; H. Nicolson, *Peacemaking*, p. 45; Toynbee, p. 205
53. E. Howard, p. 288
54. National Archives of Canada, Christie Papers, vol. 7, arquivo 20
55. Borden, vol. 2, p. 844
56. D. Lloyd George, *War Memoirs*, vol. 4, p. 1754; House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F/5/2/28, Borden para Lloyd George, 23.11.18
57. Louis, *Great Britain and Germany's Lost Colonies*, pp. 82-3
58. Fitzhardinge, *The Little Digger*, vol. 2, pp. 74-5
59. Bonsal, *Suitors and Suppliers*, p. 229
60. *Ibid.*, p. 113
61. National Archives of Canada, Biggar Papers, vol. 2, carta para Mrs Biggar, 7.3.19
1. H. Nicolson, *Peacemaking*, pp. 253-4; Shorwell, pp. 175-7; Seymour, pp. 154-5; House e Seymour, p. 181; Riddell e outros, *The Treaty of Versailles*, p. 15; PWW, vol. 54, p. 5
2. House, *Intimate Papers*, vol. 4, p. 469
3. Churchill, *Aftermath*, pp. 13-14
4. Gelfand, pp. 227-8, 259
5. National Archives of Canada, Borden Papers, vol. 431, arquivo 53
6. H. Nicolson, *Peacemaking*, p. 26
7. FRUS, vol. 3, pp. 535-7; Tardieu, pp. 88-91
8. Hankey, pp. 29-31
9. FRUS, vol. 3, pp. 553-6
10. *Ibid.*, pp. 492, 537
11. *Ibid.*, pp. 600, 618
12. *Ibid.*, pp. 607
13. Aldrovandi Marescotti, *Nuovi ricordi*, p. 102
14. FRUS, vol. 3, pp. 614, 620-2
15. White, *Autobiography*, p. 555
16. FRUS, vol. 3, pp. 612-13
17. Mordacq, *Le ministère Clemenceau*, vol. 3, p. 106
18. FRUS, vol. 3, pp. 609-11
19. Villard, pp. 387-8
20. FRUS, vol. 3, pp. 546-7
21. *Ibid.*, p. 551
22. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, p. 91
23. Mazower, "Minorities," p. 50
24. Library of Congress, Bliss Papers, caixa 244, carta de 26.2.19
25. R. W. Curry, p. 211
26. National Archives of Canada, Borden Papers, 444/158
27. FRUS, vol. 3, pp. 1022-3; Shorwell, p. 179
28. Shorwell, pp. 144-5; Seymour, p. 128
29. Hoover, p. 88; Mitchell, pp. 92-6; FRUS, vol. 2, p. 635; vol. 3, p. 513
30. FRUS, vol. 3, p. 516
31. Hoover, pp. 91-9; FRUS, vol. 2, pp. 658-61
32. Ministère des Affaires Étrangères, Tardieu Papers, 166/195, "Conférence interalliée de Londres, 2 et 3 décembre 1918"; Trachtenberg, *Reparation in World Politics*, pp. 23-4
33. Hoover, pp. xv-xx
34. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, pp. 305-6
35. FRUS, vol. 2, pp. 713-4
36. Temperley, *History*, vol. 1, pp. 304-8; Hoover, pp. 99-114
37. Aldcroft, "Versailles Legacy," pp. 8-14; Silverman, capítulos 7 e 8

1. Mordacq, *Le ministère Clemenceau*, vol. 3, p. 88
2. FRUS, vol. 3, pp. 159-64
3. H. Nicolson, *Peacemaking*, p. 243
4. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, pp. 326-7
5. Ullman, vol. 2, p. 111, n. 22; pp. 174-5
6. Watson, pp. 315, 372
7. Headlam-Morley, pp. 7-8
8. Baker, *Woodrow Wilson and World Settlement*, vol. 2, p. 64
9. National Archives of Canada, C1864, diário de Borden, 13.2.19
10. P. Mantoux, vol. 1, p. 46
11. Klein, *passim*
12. National Archives of Canada, Biggar Papers, vol. 2, cartas de 20.1.19; 4.4.19; 5.2.19
13. J.M. Thompson, pp. 175-6
14. Ullman, vol. 2, pp. 141-2
15. Gilbert, *Churchill*, vol. 4, pp. 227, 277-9, 355-6, 375; D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, pp. 325
16. Ullman, vol. 1, pp. 68-70
17. FRUS, vol. 3, p. 583
18. PWV, vol. 56, p. 247
19. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, pp. 330-1
20. Davies, *White Eagle, Red Star*, p. 90
21. Duroselle, p. 809
22. FRUS, vol. 3, pp. 591-2
23. Shotwell, p. 77
24. Ashmead-Bartlett, p. 201
25. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, p. 321
26. FRUS, vol. 3, p. 491
27. Watson, pp. 48-55
28. House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F3/4/5, Balfour para Lloyd George, 18.1.19
29. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, p. 369; Bonsal, *Suitors and Suppliants*, p. 20
30. FRUS, vol. 3, pp. 581-4
31. Yale University Library, diário de Wiseman, 19.1.19
32. Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 2 (20.1.19)
33. Churchill, *Aftermath*, pp. 243-4
34. Gilbert, *Churchill*, vol. 4, p. 231
35. Mamatey, p. 297
36. J.M. Thompson, pp. 5-6, 46-50
37. Knock, pp. 156-7
38. Noble, p. 270
39. Ullman, vol. 2, capítulo 1
40. Gilbert, *Churchill*, vol. 4, pp. 226-7
41. *Ibid.*, 230-3
42. Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 8 (17.2.19)
43. Azan, p. 239
44. Kenez, pp. 180-191; Pipes, pp. 74-5
45. FRUS, vol. 3, pp. 471-3; vol. 4, pp. 122-3, 379-382; F. Palmer, p. 378
46. Hovi, pp. 216-7 e *passim*
47. FRUS, vol. 4, p. 121; Gilbert, *Churchill*, vol. 4, p. 254; Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 8 (17.2.19)
48. Ministère de la Défense, Clemenceau Papers, 6N72, anotações de uma conversa em 10 Downing Street, Londres, 11.12.19
49. Churchill College, Churchill Papers, Charwell Group, Char 16/20, Lloyd George para Churchill, 16.2.19
50. Churchill, *Aftermath*, pp. 266-7
51. Scottish Record Office, Lothian Papers, 771, 19.2.19, Lloyd George para Kerr, 19.2.19
52. Figs, p. 575; Ullman, vol. 2, pp. 212-14
53. Gilbert, *Churchill*, vol. 4, pp. 264, 286
54. House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F/89/2/20, Lloyd George para Kerr, 16.2.19
55. FRUS, vol. 3, pp. 647-53
56. Riddell, *Intimate Diary*, p. 13
57. C.T. Thompson, p. 133
58. Debo, p. 18
59. Fischer, pp. 101-3
60. J.M. Thompson, pp. 90-1
61. FRUS, vol. 3, pp. 643-6
62. National Archives of Canada, diário de Borden, 23.1.19
63. J.M. Thompson, pp. 115-6
64. *Ibid.*, pp. 119-22; E. Howard, p. 300
65. J.M. Thompson, pp. 110-11, 122; Yale University Library, diário de Wiseman, 19.1.19
66. Poincaré, p. 131
67. Scottish Record Office, Lothian Papers, 1216, Kerr para Lloyd George, 11.2.19
68. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, p. 368
69. Gilbert, *Churchill*, vol. 4, pp. 239-43; Churchill, *Aftermath*, p. 173; FRUS, vol. 3, pp. 1041-4
70. Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 8 (17.2.19); FRUS, vol. 4, pp. 10-21, 28; Yale University Library, diário de House, 17.2.19; Callwell, vol. 2, p. 170
71. Riddell, *Intimate Diary*, p. 21
72. Churchill, *Aftermath*, pp. 176-7; Churchill College, Churchill Papers, Char 16/20, Lloyd George para Churchill, 16.2.19
73. Callwell, vol. 2, p. 170; J.M. Thompson, pp. 141-3
74. Tillman, p. 141
75. J.M. Thompson, pp. 149-52
76. Brownell and Billings, pp. 18-21, 29-33
77. Farnsworth, pp. 30-3

78. Steffens, p. 791

79. Farnsworth, pp. 35-9; J.M. Thompson, pp. 152-8

80. Farnsworth, p. 40; Steffens, pp. 797-8

81. Steed, vol. 2, p. 302-6

82. Ullman, vol. 2, pp. 153-7

83. Brownell and Billings, pp. 93-8; Farnsworth, pp. 62-3

84. Hoover, pp. 118-9, 247-9

85. *Ibid.*, pp. 120-2

86. Huntford, pp. 488-9; J.M. Thompson, pp. 263-7

87. Pipes, pp. 9-14

88. Churchill, *Afermath*, p. 186

89. P. Mantoux, vol. 2, pp. 193-5, 333-4

7 - A LIGA DAS NAÇÕES

1. Yale University Library, diário de Auchincloss, 28.1.19, 29.1.19

2. Henig, pp. 164-6

3. Kissinger, p. 161; M. Howard, capítulos 1-3

4. H. Nicolson, *Peacemaking*, pp. 31-2

5. House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F/117/1/3, Imperial War Cabinet, 1918, minutas das reuniões, 46 (24 de dezembro de 1918); Egerton, "The Lloyd George Government," p. 431

6. Cecil, *All the Way*, pp. 153-6

7. Noble, pp. 99-104

8. PWW, vol. 54, p. 235

9. Cecil, *Great Experiment*, p. 59

10. Temperley, vol. 1, p. 447

11. Willert, pp. 152-3

12. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, p. 122

13. Egerton, *Great Britain and the Creation of the League of Nations*, pp. 65-9

14. Willert, pp. 152-3

15. National Archives of Canada, Biggar Papers, carta de 30.3.19

16. Jones, vol. 1, p. 28

17. Hancock, pp. 1-51

18. Hancock e van der Poel, vol. 4, pp. 10-16

19. Clemenceau, p. 141

20. Public Record Office, CAB 29/12, memorando de 3.12.18

21. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 2, pp. 23-60

22. Hancock e van der Poel, vol. 4, p. 34

23. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 34-6

24. Hancock e van der Poel, vol. 4, pp. 41-2

25. PWW, vol. 55, p. 266; Tillman, p. 73

26. Clemenceau, p. 138

27. Cecil, *Great Experiment*, pp. 11-16; Cecil, *All the Way*, pp. 13-18

28. Cecil, *Great Experiment*, p. 63; Raffo, p. 166

29. PWW, vol. 54, p. 152

30. FRUS, vol. 3, pp. 176-201

31. PWW, vol. 54, p. 152

32. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 120-1, 124-6; Temperley, vol. 6, pp. 434-5

33. PWW, vol. 54, p. 514

34. Yale University Library, diário de House, 4.2.19

35. Baker, *Woodrow Wilson and World Settlement*, vol. 1, pp. 242-3

36. House e Seymour, p. 403

37. Cecil, *Great Experiment*, pp. 64-5

38. Ministère de la Défense, Clemenceau Papers, 6N72, Conférence de la Paix, memorando de 18.12.1918

39. Yale University Library, diário de House, 28.4.19

40. Bonsal, *Unfinished Business*, p. 30

41. PWW, vol. 54, p. 489

42. Mordacq, *Le ministère Clemenceau*, vol. 3, pp. 256-7; Poincaré, p. 283

43. Willert, p. 152

44. Egerton, *Great Britain and the Creation of the League of Nations*, pp. 134-5

45. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 209-10, 216-17

46. Lansing, *Peace Negotiations*, p. 49; Widenor, pp. 306-7; Steed, vol. 2, p. 282; Cecil, *Great Experiment*, p. 78; Egerton, *Great Britain and the Creation of the League of Nations*, p. 142; Egerton, "The Lloyd George Government," pp. 432-3; Callwell, vol. 1, pp. 184, 213

47. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, pp. 195-6

48. House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F5/5/28, Borden para Lloyd George, 23.11.18

49. Brown, vol. 2, pp. 155-6; Department of External Affairs, Ottawa, vol. 2, pp. 58-63

50. C.T. Thompson, pp. 187-8; Steed, vol. 2, p. 282

51. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 209-10

52. *Ibid.*, pp. 216-7

53. *Ibid.*, vol. 2, pp. 344-6

54. PWW, vol. 56, pp. 164-5

55. Poincaré, p. 150

56. PWW, vol. 55, p. 120

57. Cecil, *Great Experiment*, p. 72

58. FRUS, vol. 3, p. 1002

59. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 279-80

60. Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 17 (3.4.19. p.m.); House, *Intimate Papers*, vol. 4, p. 285; Mayer, pp. 378-80

61. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, p. 656

62. FRUS, vol. 3, pp. 210-15

63. PWW, vol. 55, pp. 160

64. Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 27 (21.4.19); Tillman, pp. 280-3

65. Tillman, pp. 287-94; Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 337-8

66. Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império

67. Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 442-50; Walworth, *Woodrow Wilson*, vol. 2, pp. 302-3
68. FRUS, vol. 3, pp. 285-319; Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 497
69. Cecil, *All the Way*, p. 152
70. Tillman, p. 133

8 – OS MANDATOS

1. Scottish Record Office, GD 40, Lothian Papers, 883/2, anotações de Headlam-Morley, 2.4.19
2. Temperley, vol. 3, p. 221
3. Louis, *Great Britain and Germany's Lost Colonies*, pp. 7-9
4. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, pp. 622-5; Louis, *Great Britain and Germany's Lost Colonies*, p. 119
5. Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 5 (28.1.19)
6. C.T. Thompson, p. 160
7. Poincaré, p. 104
8. Mordacq, *Le ministère Clemenceau*, vol. 3, p. 192
9. FRUS, vol. 3, pp. 803-4; Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 115-16, 501-3; Hankey, pp. 143-4; Marston, pp. 185-6
10. Farwell, pp. 73-5; Bodleian Library, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, pp. 115-16,
11. FRUS, vol. 3, pp. 722-3, 740-5
12. Walworth, *Wilson and his Peacemakers*, p. 71
13. FRUS, vol. 3, pp. 720-2
14. W.J. Hudson, p. 17; Rowley, pp. 276-9
15. W.J. Hudson, p. 78
16. Hiery, pp. 157-9
17. *Ibid.*, pp. 177, 206
18. C.T. Thompson, pp. 159-61
19. National Library of Australia, Eggleston Papers, 423/6/58-92, private Peace Conference diary, 29.1.19
20. FRUS, vol. 3, pp. 759-63
21. *Ibid.*, p. 768
22. *Ibid.*, pp. 743, 765-6
23. PWV, vol. 544, p. 308
24. House, *Intimate Papers*, vol. 4, p. 297
25. FRUS, vol. 3, p. 771
26. Roskill, p. 53; Public Record Office, Cabinet Papers, CAB 29/28, minutas da delegação do Império Britânico, 4 (27.1.19); D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, p. 538; Yale University Library, diário de House, 27.1.19
27. Yale University Library, diário de House, 29.1.19; Hunter Miller, *Drafting of the Covenant*, vol. 1, p. 109
28. Garran, p. 265
29. Borden, p. 908

30. Sharp, *Versailles Settlement*, p. 162
31. Borden, p. 906
32. Riddell, *Intimate Diary*, pp. 16-18; Fitzhardinge, "Hughes and the Treaty of Versailles," pp. 136-7
33. House, *Intimate Papers*, vol. 4, p. 299
34. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, p. 542; National Archives of Canada, diário de Borden, 30.1.19; Bonsal, *Unfinished Business*, p. 37
35. National Library of Australia, Eggleston Papers, 423/6/8-31, "The Paris Peace Conference"
36. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 1, pp. 542-6; FRUS, vol. 3, pp. 797-802
37. Mordacq, *Le ministère Clemenceau*, vol. 3, pp. 106-7
38. Lewis, pp. 574-6, 577-8
39. National Archives of Australia, Borden Papers, vol. 431, arquivo 5; House of Lords Record Office, Lloyd George Papers, F 28/3/34, Hughes para Milner, 3.5.19; F 28/3/35 e F 28/3/37, Hughes para Lloyd George, 9.5.19; F36/4/10, Allen para Massey, 15.5.19; F 36/4/15, Massey para Milner, 15.5.19
40. *Guardian Weekly*, 4.7.93; 11.7.93; 4.11.99
41. Bodleian Library, Milner Papers, 390, Costa para Clemenceau, 4.5.19
42. Louis, *Great Britain and Germany's Lost Colonies*, pp. 151-2
43. FRUS, vol. 5, p. 420
44. Marks, *Innocent Abroad*, pp. 46-7
45. Louis, *Great Britain and Germany's Lost Colonies*, pp. 64-6
46. Marks, *Innocent Abroad*, p. 320

9 – IUGOSLÁVIA

1. PWV, vol. 54, p. 149
2. Bonsal, *Suitors and Suppliers*, p. 247
3. Mitrovic, pp. 207-8
4. Dragnich, *Serbia, Pasic and Yugoslavia*, p. 226
5. Sforza, *Fifty Years*, pp. 113, 146-7
6. D. Lloyd George, *Truth about the Peace Treaties*, vol. 2., p. 802
7. Banac, pp. 158-9
8. Scottish Record Office, Lothian Papers, 925, anotações de uma entrevista entre Lloyd George e Pasic, 15 de outubro de 1918
9. Banac, p. 59
10. Armstrong, p. 261
11. Sforza, *Fifty Years*, pp. 8-9
12. Durham, p. 95
13. Block, p. 51
14. Durham, pp. 209, 232-3
15. Lederer, p. 92
16. Armstrong, p. 364; West, p. 366
17. Lederer, p. 86
18. C.A. Macartney, *Hungary and her Successors*, p. 365